

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE  
DO JURUENA**

**BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DAS MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE  
PEQUENO PORTE NO BRASIL.**

Autora : Dalvane Santana  
Orientador : Adilson Leite Lira

**JUÍNA/2011**

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE  
DO JURUENA  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DAS MICRO – EMPRESAS E EMPRESAS DE  
PEQUENO PORTE NO BRASIL.**

Autor: Dalvane Santana  
Orientador : Adilson Leite Lira

“Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis”.

**JUÍNA/2011**

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE  
DO JURUENA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. João Luiz Derkoski

---

Prof. Nataniel Tomasini

---

Prof. Adilson Leite Lira

Dedico a “Deus” por te me dado saúde e força para prosseguir ate o fim desse curso. Dedico aos meus amados pais por te me apoiado em todos os aspectos. Também dedico as minhas queridas amigas Gêmeas - Elisabeth e Elisangela por estar ao meu lado desde o inicio desse curso e pela sua fiel amizade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por me iluminar, pela força e paciência concedida, por nunca ter me desamparado e por sempre estar presente em minha vida.

Aos meus amados pais, David José Santana e Maria Lucia Santana, pelo incentivo e apoio, para que não desanimasse dos estudos e dos meus sonhos.

Aos meus colegas de classe, pela convivência, por tornamos uma grande família, compartilhando as experiências de vida, alegria, tristeza, dificuldade conquista e sempre respeitando um ao outro, todos conquistaram um enorme espaço em meu coração e sempre serão lembrados.

Agradeço meus queridos amigos Elisabeth, Elisangela, André Bezerra, Tassiane e Roseli, pelo companheirismo e fiel amizade.

Agradeço ao Adilson Leite Lira, meu orientador pelo apoio e por ter acreditado em minhas idéias.

Aos professores que passaram no decorrer dos quatro anos letivo do curso de Ciências Contábeis, que Deus os abençoe os dando coragem, e paciência, sabedoria e o dom de ensinar.

Ainda agradeço o Prof. Ms. João Luiz Derkoski e Prof. Nataniel Tomasini, por ter me ajudado a dar mais ênfase no meu trabalho.

Não há sucesso sem grandes privações.

(Sófocles)

## RESUMO

Hoje as maiorias das empresas de grande e pequeno porte utilizam a Contabilidade como ferramenta de apoio em suas tomadas de decisões, pois, a contabilidade é regida através de Leis, Decretos e Normas Contábeis, que estabelece doutrinas, regras e procedimentos para a elaboração de relatórios e demonstrativos financeiros, os quais são realizados conforme a exigência da legislação prevista. Para adquirir resultado e informações sobre a situações financeiras do patrimônio de uma entidade, é preciso a utilização de técnicas e ferramentas que controla todas as atividades exercidas no patrimônio, que evidencie todos os aspectos do patrimônio, tanto operacionais quanto gerenciais. A exigência da legislação é de acordo com o porte de cada empresa e de sua atividade desempenhada. No entanto as ME e EPPs por ter capacidade de desenvolvimento econômico inferior em relação das empresas de grande porte, foi prestigiado com Leis e Normas que as ampara e estabelece tratamento diferenciado das demais empresas em termos de procedimentos contábeis, ou seja, Escriturações Contábeis Simplificadas. A contabilidade de um modo geral possui varias técnicas de lançamentos e registros, mas retrata-se importância da Escrituração Contábil, sendo esta voltada para a contabilidade das ME e EPPs, a Escrituração Contábil Simplificada. Pois é através da escrituração contábil que obteremos resultado e o controle do patrimônio, em conformidade com a legislação prevista acerca do tema.

**Palavras-chave:** Escrituração Contábil. Controle Econômico. Entidades e Patrimônio.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1: Grau de liquidez.....</b>	<b>61</b>
---	-----------

## LISTAS DE TABELAS

<b>Tabela 1: Estrutura do Plano de Contas Simplificado.....</b>	<b>52</b>
---	-----------

## LISTA DE ABREVIATURAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
ME	Micro Empresa
EPP	Empresas de Pequeno Porte
NBCT	Normas Brasileiras de Contabilidade
LC	Lei Complementar
DRE	Demonstrações do Resultado do Exercício
DOU	Diário Oficial da União
CRCBA	Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia
QLS	Grau de Liquidez Seca
QLG	Grau de Liquidez Geral
QLI	Grau de Liquidez Imediata
QLC	Grau de Liquidez Corrente
PCT	Participação de Capital de Terceiro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 PROBLEMATIZAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.4 OBJETIVOS.....</b>	<b>14</b>
<b>1.4.1 OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>14</b>
<b>1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>15</b>
<b>1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
<b>1.6 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>16</b>
<b>1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>17</b>
<b>2.14 MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .....</b>	<b>17</b>
<b>2.14.1 DEFINIÇÃO DA ME E EPP.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 CONTABILIDADE.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1.1 OBJETIVO DA CONTABILIDADE .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 PATRIMÔNIO .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2.1. ASPECTO DO PATRIMÔNIO.....</b>	<b>21</b>
<b>2.3 OBJETO DA CONTABILIDADE.....</b>	<b>22</b>
<b>2.4 TÉCNICA CONTÁBIL.....</b>	<b>22</b>
<b>2.5 USUÁRIOS DA CONTABILIDADE.....</b>	<b>23</b>
<b>2.6 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE .....</b>	<b>24</b>
<b>2.6.1 ENTIDADE .....</b>	<b>24</b>
<b>2.6.2 PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA .....</b>	<b>26</b>
<b>2.6.3 PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE.....</b>	<b>26</b>
<b>2.6.4 PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA.....</b>	<b>27</b>
<b>2.6.5 PRINCÍPIO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL.....</b>	<b>28</b>
<b>2.6.6 PRINCÍPIO ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.....</b>	<b>28</b>
<b>2.7 ESCRITURAÇÃO CONTABIL .....</b>	<b>29</b>
<b>2.7.1 FINALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL .....</b>	<b>30</b>
<b>2.7.2 FORMAS DA ESCRITURAÇÃO .....</b>	<b>30</b>
<b>2.7.3 VARIÁVEIS PATRIMONIAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>2.7.4 MÉTODO DE ESCRITURAÇÃO.....</b>	<b>32</b>

<b>2.8 LANÇAMENTOS .....</b>	<b>34</b>
<b>2.8.1 FUNÇÃO DO LANÇAMENTO .....</b>	<b>34</b>
<b>2.8.2 ELEMENTOS ESSENCIAIS DO LANÇAMENTO.....</b>	<b>35</b>
<b>2.8.3 FORMULA DE LANÇAMENTO .....</b>	<b>35</b>
<b>2.9 PROCESSOS DE ESCRITURAÇÃO .....</b>	<b>36</b>
<b>2.10 PLANO DE CONTA .....</b>	<b>37</b>
<b>2.13.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....</b>	<b>48</b>
<b>2.13.3 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>49</b>
<b>2.15 ESCRITURAÇÃO CONTABIL SIMPLIFICADA PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE .....</b>	<b>38</b>
<b>2.16 LEI COMPLEMENTAR - LC 123/2006 .....</b>	<b>40</b>
<b>2.17 NORMAS BRASILEIRAS CONTÁBEIS TÉCNICA - NBCT 19.13 .....</b>	<b>41</b>
<b>2.18 FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>2.19 LIVROS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS PARA ME E EPP .....</b>	<b>44</b>
<b>2.12.1 LIVRO DIÁRIO .....</b>	<b>45</b>
<b>2.12.2 LIVRO RAZÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>2.20 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>47</b>
<b>2.20.1 PLANO DE CONTA SIMPLIFICADO.....</b>	<b>50</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>53</b>
<b>3.1 COLETA DE DADOS.....</b>	<b>54</b>
<b>3.2 ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>	<b>55</b>
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>64</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>66</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

A contabilidade é uma ciência que estuda os aspectos patrimoniais, sobre operações e variações ocorridas na entidade econômica. São apresentadas por meio de relatórios, as atividades e alterações econômicas desenvolvidas pelas entidades, com o fim de controlar e estabelecer informações sobre suas composições variáveis e patrimoniais.

Os relatórios e demonstrações contábeis são realizados através de lançamentos e registros de fatos contábeis pelo método de partidas dobradas, obedecendo a uma ordem cronológica determinada por requisitos técnicos, denominados como Escrituração.

Escrituração é o meio utilizado para controle patrimonial das operações realizadas na entidade, servindo de apoio para os empreendedores em suas decisões e estratégias de investimento.

Com base na LC N° 123/2006 e NBCT 19.13, será demonstrado a Escrituração Simplificada e os procedimentos para realização da mesma. Também apresentará a importância e a necessidade do controle patrimonial das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, para análise de resultado tomaremos como exemplo demonstrações contábeis de uma empresa optante pelo regime de competência.

### **1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

A contabilidade vem prestando serviços à sociedade há séculos, sendo um método utilizado para o controle e organização econômica. As primeiras normas estabelecidas, para a escrituração contábil data do século XV, a modernização das normas internacionais e criações de princípios foram fruto da globalização mundial.

Se o assunto suscitado decorre da origem obrigacional da escrituração, é suficiente que se recorra ao disposto no art. 1.179 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil Brasileiro.

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Escrituração é o sistema através do qual é disponibilizado as informações de entrada, saída, apuração dos impostos e avaliação patrimonial da empresa, ou seja, é o método utilizado para a classificação de números e valores investidos, realizados conforme os documentos fiscais, tendo como objeto final obter resultados precisos referente às operações realizadas pela entidade.

A escrituração contábil trata da execução de registros permanentes da entidade e das suas formalidades. É um registro sistemático de quantias, datas e origens de cada receita e despesa ocorrida. Com a mistura de ambas, despesas e receitas, obtém as informações necessárias para a melhor administração do empreendimento, decorrente do resultado destas duas operações.

Conforme a globalização e o crescimento econômico, o processamento da escrituração mercantil, a transformação de dados em informação disponibilizada em relatórios da contabilidade, representa o pilar para o controle econômico das entidades. Entretanto, a escrituração mesmo sendo de forma simplificada, é uma obrigação e exigência para o gerenciamento do patrimônio.

A Escrituração Simplificada surgiu com a LC N° 123/2006, o Conselho Federal de Contabilidade em 2007, teve a oportunidade de analisar e acompanhar o desenvolvimento do artigo 27 da LC N° 123/2006, o qual foi realizado por meio de comissão técnica. O objetivo desse estudo visava facilitar e simplificar a escrituração para as ME e EPP, servindo de incentivo para que as empresas optassem pelo Simples Nacional. Em dezembro de 2007 foi definida a edição da Resolução CFC 1.115/7 que aprovou a NBCT 19.13 sobre a Escrituração Simplificada das ME e EPP.

Conforme § 1º do art. 7º da Lei nº 9.317/1996, § 2º do art. 1.179 do Código Civil/02, “A microempresa e a empresa de pequeno porte poderão adotar contabilidade simplificada, desde que mantenham escrituração organizada e lançamentos no livro Caixa e no livro Registro de Inventário.”

No entanto, as ME e EPPs são dispensadas das obrigações estabelecidas pela Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil), sendo estas obrigadas a emissão somente do livro caixa e a manter os seus balanços financeiros organizados, para controle de suas atividades financeiras. Ressaltamos que essa obrigatoriedade é estabelecida para as ME e EPP optante pelo o Regime de Caixa. Ao retratar das ME e EPP optante pelo o Regime de Competência, está obrigada somente a emissão do Livro Diário e do Livro Razão conforme estabelece o artigo 26 da LC 123/06.

## **1.2 PROBLEMATIZAÇÃO**

Para Lakatos, Marconi (2001, p. 103), “A formulação do problema: ela esclarece a dificuldade específica com a qual se defronta e que se pretende resolver por intermédio da pesquisa. Para ser cientificamente válido, pode o problema ser enunciado em forma de pergunta.”

As ME e EPPs, devido à capacidade de desenvolvimento econômico ser inferior em relação às grandes empresas, encontra-se em dificuldade de adaptar às exigências do público alvo e a competitividade que são muito elevadas. As ME e EPPs não utilizam as técnicas Contábeis corretamente para gerenciar e tomar decisões corretas na realização de negócios, pois, ambas realizam a contabilidade por cumprimento da obrigatoriedade estabelecida pelo Fisco, não visa a Contabilidade como uma ferramenta de apoio de grande importância para sua tomada de decisões, portando: Qual a importância e finalidade da escrituração contábil para as ME e EPP no Brasil?

## **1.4 OBJETIVOS**

### **1.4.1 OBJETIVO GERAL**

Conforme Lakatos e Marconi (2005, p. 102), o Objeto Geral “está ligado a uma visão global e abrangente do tema e relaciona-se com o conteúdo, quer dos

fenômenos os eventos, que da idéias estudadas. Vinculas diretamente ao próprio significado da tese proposta pelo projeto”.

Este estudo tem por objeto geral a realização de um trabalho acadêmico que demonstrará as finalidades e a importância da escrituração contábil para com as Micro e Pequenas Empresas.

#### **1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Segundo Lakatos e Marconi (2005, p. 102), “os Objetivos específicos, apresentam caráter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, permitindo de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, explicar estas situações particulares.”

Portanto os objetivos Específicos desse Trabalho são:

- Expor a LC 123/2006, como base para criação da NBCT 19.13;
- Demonstrar a necessidade da adoção da NBCT 19.13, que se refere à Escrituração Simplificada das ME e EPP;
- Demonstrar a importância da realização dos registros e lançamentos contábeis de maneira correta conforme a legislação em vigor.
- Analisar o tratamento diferenciado das ME e EPPs, e seus benefícios;
- Pesquisar a importância da Escrituração Contábil, para o controle econômico das ME e EPP.

#### **1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA**

O campo do trabalho é delimitado ao estudo bibliográfico da importância e relevância da escrituração Contábil para o desenvolvimento e crescimento econômico das ME e EPPs no Brasil.

## **1.6 JUSTIFICATIVA**

Este trabalho foi elaborado devido o tratamento diferenciado facultado para as ME e EPPs em relação às empresas de grande porte. Os benefícios estabelecidos pela legislação prevista, desperta a curiosidade do porque do tratamento diferenciado para essas empresas e do surgimento da Escrituração Contábil Simplificada. Também, pela Escrituração Contábil ser de fundamental importância para o crescimento e controle econômico de uma empresa, pois, através dela que o empreendedor toma as decisões adequadas para melhoria e crescimento do patrimônio da entidade. Desta forma, são através da escrituração das variáveis que são emitidos os relatórios contábeis, conforme os resultados alcançados no final de cada exercício, demonstrando para os usuários a situação e a estabilidade que se encontra o patrimônio.

É de grande importância a elaboração desse trabalho, pois, traz para os empreendedores e futuros contadores de forma clara e objetiva os procedimentos e a relevância da Escrituração Contábil para as ME e EPPs.

## **1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO**

Este trabalho será apresentado em 5 etapas; Introdução, Referencial Teórico que terá embasamento em legislações e em teorias expostas e comprovadas por autores, Metodologia, Análise de Resultado que será realizado com base no Referencial Teórico e por final teremos a Conclusão do trabalho que visa demonstrar os resultados encontrados e a importância do referido tema.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.14 MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Devido à competitividade e a globalização se faz necessário o enquadramento e inovação tecnológica, pois estão diretamente direcionadas as microempresas. A exigência do público alvo, faz com que as empresas se empenhem, busque novos conhecimentos, crie e produza novos produtos, com a finalidade de atender a demanda com um diferencial que venha agradar e atender as necessidades do público alvo. Mas para as tomadas de decisões de investimentos e produções de novo produtos, é preciso saber direcionar, conhecer as posições financeiras do patrimônio, e para isso deverá utilizar uma ferramenta indispensável, à Contabilidade que favorecerá as informações necessárias da situação financeira, econômico e de todas as movimentações do patrimônio, pois, assim os empreendedores através das informações obtidas, poderão optar pelo caminho correto para administrar e gerenciar seu negócio com sucesso.

De acordo com Silva, Godoy e Cunha (2002, p. 11) afirmam que:

A sobrevivência de uma empresa nos dias de hoje está relacionada à capacidade de antever cenários adversos ou favoráveis e realizar mudanças rápidas de rumo para se adaptar à nova realidade. Nessas circunstâncias, a escrituração contábil é fundamental para orientar o gestor nas decisões que precisam ser tomadas.

O Brasil está classificado em sexto lugar com maior número de ME e EPPs do mundo, o crescimento dessas empresas são bem evoluídas, tornando-se o pilar da economia brasileira, hoje as ME e EPPs são consideradas a maior fonte de renda do País.

De acordo com a pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2006 Sérgio Gabriel Afirma que, “As micro e pequenas empresas - MPE's respondem por 98% do mercado empresarial brasileiro e dada essa relevância, a sua análise se faz necessária para compreensão de seu significado e importância para o desenvolvimento econômico nacional.”

De acordo com as pesquisas realizadas pelo SEBRAE, (2007, p. 40),

68% das empresas, a principal razão para o fechamento da empresa está centrada no bloco de falhas gerenciais, ponto/local inadequado, falta de conhecimentos gerenciais e desconhecimento do mercado, seguida de causa econômicas. Fator crucial para as empresas é a dificuldade encontrada no acesso ao mercado, principalmente nos quesitos propaganda inadequada; formação inadequada dos preços dos produtos/serviços; informações de mercado e logística deficiente, caracterizando a falta de planejamento dos empresários.

Essa modalidade de negócio empresarial tem tendência de se expandir a cada ano, pois, a dificuldade de emprego, salário baixo e concorrência profissional, fazem com que as pessoas abram seu próprio negócio, uns por oportunidade e outros por necessidade, muitos não possuem conhecimento suficiente para gerenciar, organizar e controlar o patrimônio da entidade. Não visam a Contabilidade como uma ferramenta fundamental para a organização e controle do patrimônio. Portanto por falta da utilização da contabilidade de maneira adequada, não tem capacidade de sobreviver às dificuldades e concepções do capitalismo, pois, muitas delas não chegam a cinco anos de vida, e a porcentagem de empresas que não sobrevivem é bastante elevada.

#### **2.14.1 DEFINIÇÃO DA ME E EPP**

As Micro Empresas e Empresa de Pequenos Porte, o próprio nome já define, são as pequenas empresas constituídas em um determinado local, que tem uma margem de faturamento limitado, pela legislação, as quais recebem tratamento diferenciado das empresas de grande porte.

O porte dessas empresas é definido de acordo com o faturamento bruto anual, conforme a lei 9.317/1996 Art. 2º e LC 123/06 Art. 3 dispõe.

I - microempresa a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - empresa de pequeno porte a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos

e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Essas empresas são amparadas por vários benefícios concedidos pelo Governo, recebendo um tratamento diferenciado conforme predomina a lei 123 /06 e a NBTC 19.13. Mas só poderão usufruir dos benefícios as empresas que permaneceram com o faturamento limitado conforme a legislação propõe. Portanto se ultrapassar esse limite, tais empresas perderão os benefícios automaticamente, as quais deixarão de ser pequenas para grande empresa e deverão cumprir com todas as obrigações e exigências estabelecidas pela lei Geral 6.404/76 alterada pela lei 11.638 /07.

## **2.1 CONTABILIDADE**

A contabilidade é tão antiga quanto à civilização humana. Devido a evolução e crescimento econômico, o ser humano sentiu necessidade de controlar seus bens patrimoniais através de registros contábeis, utilizando a contabilidade como ferramenta para tomada de decisões em seus negócios.

Também, a Contabilidade, pelos seus princípios e procedimentos e normas, tem objetivo de conhecer e definir a situação patrimonial e suas mutações. É a ciência que estuda o controle de operações das variáveis e fatos contábeis, ocorridos no patrimônio.

De acordo com Oliveira (2005, p.1): “a contabilidade é uma ciência social que desenvolveu processos próprios com a finalidade de estudar e controlar fatos que podem afetar as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de uma entidade.”

Franco (2006, p. 19) conceitua contabilidade: “um conjunto de conhecimentos sistematizados, com princípios e normas próprias; ela é, na acepção ampla do conceito de ciência, uma das ciências econômicas e administrativa.”

Já Ludicibus (2003, p. 47) define contabilidade como “um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e

análise de natureza econômica, financeira, e de produtividade com relação à entidade objeto de contabilização.”

A contabilidade é a base e o pilar da sustentabilidade econômica e financeira das entidades, servindo como instrumentos que oferecem informações úteis para tomadas de decisões internas ou externas das empresas.

### **2.1.1 OBJETIVO DA CONTABILIDADE**

A contabilidade tem propósito de avaliar, classificar, demonstrar, auditar e registrar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, com finalidade de orientar e prestar informações relevantes das variações e situações financeiras e econômicas do patrimônio líquido, demonstrando aos usuários as devidas providências passíveis de serem tomadas perante seu patrimônio, facilitando os procedimentos de administração e operações realizadas e a realizar.

Segundo Santos (2006, p. 28) contabilidade tem o objetivo “de assegurar o controle patrimonial e fornecer informações sobre suas composições e variações patrimoniais, bem como sobre o resultado das efetividades econômicas dissolvidas pelas entidades.”

## **2.2 PATRIMÔNIO**

Segundo Franco (2006, p. 25) pode definir patrimônio “como um conjunto de bens econômicos ou conjunto de bens com fins específicos.”

Patrimônio é um conjunto de bens, direitos e deveres, constituídos por pessoas físicas ou jurídicas, avaliado em moeda corrente e vinculados à entidade pela propriedade, das quais pode realizar o desenvolvimento de negócio de qualquer natureza, com finalidade lucrativa ou não, (Santos, Shimidt, Gomes *et al*).

Para Franco (1991, p.30) “O patrimônio é uma grandeza constituída pelos bens, direitos e obrigações de uma pessoa ou de uma entidade. Podemos ainda

defini-lo como conjunto de bens econômicos, ou conjunto de bens com fins específicos.”

O patrimônio é dividido em duas partes uma positiva e outra negativa. A parte positiva, denominada de Ativo, constituídas pelas contas de natureza devedoras representa os bens e direito, a parte negativa, denominada de passivo, é constituída pelas contas de natureza credoras que são as obrigações.

O total do ativo e do passivo deve ter igualdade na expressão monetária na qual é representado, cuja diferença que determina essa igualdade é denominada de equação patrimonial.

### **2.2.1. ASPECTO DO PATRIMÔNIO**

O patrimônio caracteriza dois aspectos, que expressam as ocorrências e situações econômicas da entidade de forma analítica e sintética, e visa os resultados das operações obtidas em quantidades e valores.

De acordo com Moura (2009, p. 4) define que:

A contabilidade estuda o patrimônio nos seus aspectos qualitativo e quantitativo. O aspecto qualitativo refere-se a expressão dos componentes patrimoniais segundo a natureza de cada um. Trata do detalhamento desses componentes, segundo a sua espécie. O aspecto quantitativo refere-se à expressão dos componentes patrimoniais em termo monetário

Os aspectos patrimoniais são de fundamental importância na contabilidade, pois, é através deles que são adquiridas as informações de maneiras exatas e objetivas. Com base nos resultados das apurações e das informações obtidas, os usuários passam a ter conclusão da posição que se encontra seu patrimônio e de sua aplicação de capital, determinando se foi viável ou não.

## **2.3 OBJETO DA CONTABILIDADE**

De acordo com Franco (2006, p 12) define-se objeto da contabilidade, “o patrimônio, que a contabilidade estuda e controla interpretando e informando, através de demonstrações contábeis, todas as ocorrências nele verificadas.”

Objeto da contabilidade é o patrimônio de uma determinada entidade, que a contabilidade tem por objetivo de controlar e estudar as operações e atividades ocorridas em um determinado período, em aspectos quantitativos e qualitativos, pois, é o estudo relacionado a quantidades de números em si apresentados pela contabilidade, o aspecto qualitativo é o estudo relacionado à qualidade ou confiabilidade dos números e das análises possíveis de serem efetuadas em dados de uma empresa.

## **2.4 TÉCNICA CONTÁBIL**

As informações são obtidas através de processamentos de dados de variáveis desenvolvidas por técnicas contábeis. Técnicas contábeis são conjuntos de procedimentos e métodos organizados de forma sistemática com propósito de alcançar um resultado.

Segundo Cherman (2005, p. 2), “Para atingir seus objetivos, a contabilidade faz uso de técnicas contábeis que pode ser conceituado como o conjunto de recursos para chegar a conclusões sobre a situação da empresa.”

Existem quatro tipos de técnicas que são utilizadas para atingir as finalidades de assegurar o controle do patrimônio. De acordo com Franco (1997, p. 21), “estas técnicas são chamadas de meios de funções da Contabilidade. Baseando nessas noções gerais, podemos chegar conceituação de contabilidade”.

1. Escrituração Contábil - Registro das operações;
2. Demonstrações Contábeis – Exposições de situações financeiras;
3. Auditoria – Confirmações de registro e demonstrações contábeis;

4. Análise de balanço - Comparações e interpretações das demonstrações contábeis.

## 2.5 USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

Os usuários da contabilidade são todas as pessoas físicas ou jurídicas que necessitam e possuem interesse em conhecer e obter informações de determinada situação econômica e financeira de uma entidade, pessoas que buscam na contabilidade uma resposta.

Segundo Santos, Schmit, Gomes (2006, p. 29):

Considera-se usuário da contabilidade da informação contábil toda pessoa física ou jurídica que tem interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja ela empresa, com fins lucrativos ou não, ou mesmo patrimônio familiar. Os usuários são divididos em dois grupos, usuário internos e usuários externam. Usuários interno são aquelas pessoa que atua dentro da empresa , tais como funcionários, administrador e gerente. Usuário externo são aquelas pessoas que não atua na empresa, com tais investidores, terceiros, sócios, Governo, e sindicatos etc.

O usuário interno se preocupa com o desenvolvimento da empresa, em relação ao seu crescimento econômico, e como tal, conhecer e controlar os bens, direitos e as obrigações patrimoniais. Este usuário tem a contabilidade como benefício favorável para informar; resultados operacionais, não operacionais, a lucratividade, os produtos mais rentáveis, custos e preços dos produtos para revenda, e as evoluções do patrimônio se está positivo ou negativo.

O usuário externo utiliza a contabilidade para extrair informação do patrimônio, para que possa analisar e verificar a situação financeira de uma determinada entidade, com propósito de investimento, associação e empréstimo, pois, é de acordo com as demonstrações dos resultados contábeis, que tem conhecimento da situação financeira da empresa, podendo chegar a uma conclusão se o investimentos será viável ou não.

## 2.6 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE

Resolução CFC Nº 1282 de 28 de Maio de 2010 atualiza e consolida dispositivos da resolução CFC Nº. 750/93, que dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750/93, revogada a redação pela a Resolução 1282/10:

Art. 2º. Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1282/10)

Segundo Zanluca “Princípios Fundamentais de Contabilidade (CFC) representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional.”

Os princípios fundamentais da Contabilidade surgiram com a Resolução nº 750, emitida em 1993 pelo CFC, que estabelece e fundamenta os princípios contábeis como doutrinas das teorias contábeis, cuja resolução obriga a utilidade e aplicação de doutrina e regras na prática contábil.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CFC nº 750/93, os princípios fundamentais da contabilidade são: entidade, continuidade, prudência, oportunidade, registro pelo valor original, atualização monetária e competência

### 2.6.1 ENTIDADE

Muitos confundem entidade com patrimônio. Entidade é qualquer pessoa física, jurídica ou conjunto de sociedades, que desenvolve uma atividade econômica. Já o patrimônio são os bens, deveres e obrigações constituídas pela entidade, cujo objeto da entidade é o patrimônio. A entidade tem por objetivo administrar gerenciar e criar riquezas patrimoniais.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750/93 determina:

Art. 4º. O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

## **2.6.2 PRINCIPIO DA CONTINUIDADE**

A Resolução CFC 750/93 determina no artigo “Art. 5º. “O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância”

O princípio da continuidade, vem prevalecer e constatar a capacidade do desenvolvimento econômico do patrimônio, utilizando métodos de avaliações, tais como, relatório de demonstrações contábeis, que discriminará o desenvolvimento operacional das atividades realizadas e a situação financeira do patrimônio. Definirá as condições de liquidez do patrimônio perante suas obrigações, com o propósito de detectar o processo contínuo da entidade, se a entidade terá capacidade de prosseguir as suas atividades ou não.

O contador tem por obrigação de prevenir os empreendedores através dos relatórios contábeis, das perdas e danos do patrimônio, que possa ser causado no futuro.

## 2.6.2 PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

O regime de competência não está relacionado com o recebimento de duplicatas, mas sim com as receitas e despesas geradas do mesmo período, pois, a receita deverá cobrir os gastos das despesas obtidos no período.

A receita é uma conta credora, que tem por finalidade de alterar o patrimônio líquido. Já despesas é uma conta devedora que tem por finalidade de diminuir o patrimônio líquido. No entanto se a receita for maior que as despesas, mesmo sendo a vista ou a prazo, aumentarão o patrimônio líquido que será um resultado positivo, se as despesas for maior que a receita estará diminuindo o patrimônio líquido, que será um resultado negativo.

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750 /93:

Art. 9º. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

O princípio da competência estabelece o ponto de equilíbrio das vendas em relação às despesas patrimoniais, e a liquidez do patrimônio.

## 2.6.3 PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

O princípio da oportunidade estabelece que as variáveis e fatos contábeis sejam registrados na sua data de competência. Todas as operações patrimoniais deveram ser registradas de imediato, não poderá realizar registros com datas retroativas ou posterior a data de entrada ou saída. Pois o princípio da competência tem por finalidade manter as informações do patrimônio atualizado e em dias, demonstrando a imagem real do patrimônio de cada período.

Segundo a Resolução CFC 750 / 93:

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

O princípio da oportunidade engloba dois aspectos distintos complementares, a tempestividade e integridade. Tempestividade, as variáveis devem ser registradas no momento de sua ocorrência. Integridade é a necessidade das variáveis serem conhecidas em sua totalidade, sem que haja qualquer tipo de infidelidade.

#### **2.6.4 PRINCIPIO DA PRUDÊNCIA**

Quando se fala de prudência, significa pensar e analisar a situação antes de agir, ser cauteloso antes de tomar qualquer decisão. Nas empresas isso ocorre em todo tempo, é importante ter algo que possa servir de auxílio na aplicação das decisões, para que não aconteça o pior.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750/93 estabelece sobre Princípio da Prudência:

Art. 10 O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

O princípio da prudência é aplicada em avaliações patrimoniais, devido o risco e incerteza dos fatos e variáveis das ocorrências no patrimônio, tem por finalidade assegurar o patrimônio de prejuízos e perdas futuras.

A prudência deve ser observada quando existe um ativo e um passivo já escriturado. Em uma avaliação de incerteza, atribui o menor valor para o ativo e o

maior valor para o passivo, assim deve-se diminuir a lucratividade e o valor líquido da entidade.

### **2.6.5 PRINCIPIO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL**

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750/93 revogada pela Resolução CFC 1282/10 no Art. 7º, “O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devam ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.”

A contabilização dos componentes do patrimônio deverá ser registrada em moeda nacional, pelo o valor original do custo de aquisição, indicando na integração do patrimônio o documento comprobatório.

Franco (2006, p. 202) afirma que:

Sempre que um registro contábil é procedido, valor da operação devesse aquele constante do comprovante original que o suporta, que se presume seja um documento legítimo. Esse é único valor a ser tomado como base para contabilização, mesmo que ele não corresponda, por razões negociais ou circunstanciais, o valor real da coisa negociada, mas desde que a operação seja legítima.

Não poderá ocorrer nenhum tipo de alteração no documento comprobatório, ou seja, na nota fiscal, as depreciações, e perdas de poder da moeda de aquisição, deverão ser registrado por ocasião da elaboração nas demonstrações contábeis, assim demonstrado resultado econômico do patrimônio, de cada período.

### **2.6.6 PRINCIPIO ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Atualização monetária é a correção da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional, conforme a Resolução CFC 750/93 artigo Art. 8º “os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos

registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais”.

De acordo com Padoveze (1997, p. 77) podemos afirmar que:

A Correção Monetária de balanços nada mais reflete do que os efeitos da inflação nas contas patrimoniais, portanto, perdas e ganhos monetários são valores reais que devem aumentar e diminuir o lucro do exercício. Dentro dessa linha conceitual, perdas e ganhos monetários dos ativos e passivos são relacionados com as contas da demonstração dos resultados que tem correlação direta com esses elementos.

O princípio da atualização monetária, da direito a correção do valor dos componentes do patrimônio, tem finalidade de atualizar valor de aquisição contábil, ou seja, ajustamento dos valores originais para a data presente, para que as demonstrações contábeis representem adequadamente a situação financeira e o resultado econômico do patrimônio em poder aquisitivo, em época de elevada taxa inflacionária.

## **2.7 ESCRITURAÇÃO CONTABIL**

A partir do século VIII, com a evolução econômica e o nascimento do capitalismo comercial, devido o crescimento das operações comerciais houve a necessidade de um controle mais rigoroso nas atividades operacionais, a partir dai os comerciantes desenvolveram técnicas específicas, entre estas se destaca a Escrituração Contábil.

De acordo com Santos, Shimict, Mario *et al* (2006, p. 79) a “Teoria da Escrituração é a parte da contabilidade que trata dos registros contábeis, ocorridos no patrimônio da entidade, de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e normas contábeis.”

Já Moura (2009, p. 50) “Escrituração é uma técnica contábil que consiste em registrar nos livros próprios (Diário, Razão, Caixa, etc.) todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que modifique ou possa vir a modificar a situação patrimonial.

A escrituração é a parte prática da contabilidade, é o meio utilizado para apurações de resultados do patrimônio. É uma técnica contábil que favorece os procedimentos de registro de receitas e despesas geradas, ou seja, conjunto de lançamento que trata da execução de registros permanentes da entidade e das suas formalidades.

### **2.7.1 FINALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

Segundo Santos, Shimict, Gomes (2006, p. 5) a Escrituração Contábil “tem por objetivo acumular os registro das operações conta a conta a fim de demonstrar a situação econômica da entidade e os resultados obtidos em determinado período,”

Com base em coletas de dados dos fatos ocorridos na entidade, são elaborados relatórios contábeis, que serve de apoio para os empreendedores. No entanto a escrituração contábil tem finalidade de organizar, registrar as ocorrências realizadas em uma entidade e demonstrar através de relatórios contábeis toda movimentação e o resultado operacional do patrimônio.

### **2.7.2 FORMAS DA ESCRITURAÇÃO**

As demonstrações contábeis devem ser apresentadas com visualização agradável, de forma clara e objetiva, trazendo para os usuários um resultado completo confiável das atividades e variações patrimoniais ocorridas na entidade.

De acordo com o artigo 1.183 do Código Civil/2002 e Decreto Lei nº 486 de 1969 no artigo 2º, estabelece que:

A escrituração será completa, em idioma e moeda corrente nacionais, em forma mercantil, com individualização e clareza, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borraduras, rasuras, emendas e transportes para as margens. A escrituração tem por obedecer a uma ordem e padrão sistematizado de natureza cronológica e sistemática,

das quais, facilita a organização e realização dos lançamentos contábeis, invitando divergências e erros no mesmo.

### **2.7.3 VARIÁVEIS PATRIMONIAIS**

Nas entidades, ocorrem vários tipos de movimentação, que chamamos de variáveis. As variáveis são elementos que correntes na entidade devido a necessidade das operações e movimentação de capital.

De acordo com Franco (2006, p. 58) as variações são determinadas através das:

A atividade econômica desenvolvida, em qualquer entidade, traz seu patrimônio variáveis que devem ser registradas pela contabilidade, para que possa estudar controlar e interpretar os fenômenos ocorridos nesse patrimônio, com o objetivo de fornecer informações e orientações sobre a composição patrimonial e as variações nela ocorridas em determinado período. As variáveis registrada pela contabilidade são chamadas fatos contábeis. O registro de um fato chama-se lançamento.

As operações contábeis são realizadas de acordo com os acontecimentos de cada fato, cujo é expresso no relatório contábil conforme a classificação de sua natureza, podendo ser classificada em contas credoras ou contas devedoras.

Segundo, Santos, Shimidt, Gomes (2006, p. 70, 71, 72) conceitua:

As variações patrimoniais são as modificações, no patrimônio, geradas pelos fatos contábeis. As variações patrimoniais classificam em, variações qualitativa, quantitativa e mista. Variações qualitativa decorrem de fatos contábeis no quais ocorre um permuta entre elementos do ativo e passivo, bem como a compensação entre elementos da ativo e passivo, sem contudo, modificar a situação líquida. Variações quantitativa são aqueles que alteram o patrimônio da empresa ora aumentando, ora diminuindo seu valor. Variações mista são aquelas nos quais ocorrem simultaneamente as trocas entre componentes patrimoniais e ao mesmo tempo, modificam o valor do patrimônio.

As contas de natureza ativa são todas aquelas que têm por finalidade aumentar o patrimônio, como tais, as receitas de vendas, brindes e bonificações, já as contas passivas são todas aquelas que diminuem o patrimônio, como fornecedores, dividendos, credores entre outras. Temos também as contas de

despesas que por ser de natureza devedora, tem a função de reduzir patrimônio líquido. Não há contabilidade sem as variações patrimoniais, pois são através dessas variações que são geradas a riquezas patrimoniais. No entanto a rotatividade das variáveis é de grande valor para o desenvolvimento econômico de uma entidade.

Fatos contábeis por vez são os eventos e ocorrência contábeis que provoca alterações no patrimônio, ou seja, são as variáveis ocorridas. O fato contábil é o gerador de toda informação de uma entidade.

#### **2.7.4 MÉTODO DE ESCRITURAÇÃO**

Método de escrituração é o modo de registro dos atos e fatos contábeis. Na contabilidade são abrangidos dois tipos de métodos, o Método das Partidas simples e o Método das partidas dobradas. Segundo Moura (2009, p. 63)

Os métodos da partida simples, “consiste no registro de operação específicas envolvendo o controle de um só elemento. No livro caixa, por exemplo, os eventos são registrado visando apenas ao controle do dinheiro, sem a preocupação de controlar outros elementos patrimoniais ou até mesmo de evidenciar o lucro ou prejuízo decorrente da respectivas transações. o outro exemplo de registro pelo Método da partida simples ocorre no livro Contas-Corrente, no qual só interessa o controle do Direito e/ou da Obrigações.

O método das partidas simples é mais usado em livros auxiliares, como no Livro caixa que visa somente o controle do dinheiro, para a realização da contabilidade de uma entidade, não é recomendável e nem viável, pois, não traz as informações completas, sobre as variáveis do patrimônio, ele visa uma única conta de uma só natureza, pode ser credora ou devedora, não demonstra as origem das referidas contas somente o resultado monetário, demonstrando somente o total do debito ou do credito.

De acordo com Moura (2003, p. 101) “Esse método é deficiente e incompleto, pois não permite o controle global do patrimônio.”

Não trás as informações necessárias que abrange todas as necessidades de uma empresa, que possa manter seu patrimônio em equilíbrio financeiro.

Hoje a contabilidade adota um método que trás todas as origens das variáveis, demonstrando a situação do patrimônio em todos aspectos. Esse Método chamado de Método das Partidas Dobradas, foi divulgado no século XV em 10 de novembro 1494, na cidade de Veneza, Italia, pelo frade franciscano Frei Luca Paccioli. Segundo Moura (2009, p. 63) A adoção por Frei Luca Paccioli, “permite o controle de todos os componentes patrimoniais bem como das variáveis do Patrimônio Líquido, que poderão resultar em lucro ou prejuízo.”

Esse método tem a capacidade de organizar e controlar o patrimônio, é um método completo e confiável, para as apurações de valores, que possa fornecer informações reais das situações e das movimentações realizadas nas entidades. De acordo com Moura (2003, p. 101) Frei Luca Paccioli define que, “Não há devedor sem que haja crédito e não há crédito sem que haja devedor, sendo que cada débito corresponde um crédito de igual valor.

Segundo Franco (2006, p. 58) define que:

A soma dos débitos é igual a soma dos créditos.É esse o principio que determina a equação entre o ativo e o passivo do patrimônio.Os valores ativos representam sempre saldo devedor e, os passivos, saldo credor, sendo a soma do ativo sempre igual a do passivo

O método das partidas dobradas vem para estabilizar e doutrinar as formas da escrituração, fazendo com que a contabilidade seja exata, todos os elementos do patrimônio tem sua contra partida, portando o resultado do ativo sempre será igual ao resultado do passivo. Tem objetivo de estabelecer a organização dos registros das transações financeiras, que possam ser representadas nos livros contábeis com clareza.

## 2.8 LANÇAMENTOS

Para chegar a um resultado das referidas situações do patrimônio, os quais são demonstrados através de relatório e livros contábeis, a contabilidade abrange varias técnicas tanto teórica quanto prática.

De acordo com Santos, Shimict, Mario *et la.* (2006, p. 82) podemos afirmar que:

Lançamento é o registro de um fato contábil pelo método das partidas dobradas, feito em ordem cronológica e obedecendo a determinadas disposições técnicas (normas e princípios contábeis) Os principais requisitos necessários de um lançamento são: a clareza, a exatidão, a propriedade descritiva e intitulativa. O lançamento é uma parte da escrituração (escrita contábil).

Como já vimos acima, a escrituração é a parte prática da contabilidade, e o lançamento é uma parte da escrituração. O lançamento é utilizado para o processamento da escrituração, pelo qual são realizados os registros contábeis, como relata Franco (2006, p. 60), “lançamento é o registro de um fato contábil.”

### 2.8.1 FUNÇÃO DO LANÇAMENTO

O lançamento, tem duas funções fundamentais para a integração contábil das variáveis e fatos contábeis, a qual permite um segmento na classificação dos valores de acordo com a natureza de cada variável e o histórico do acontecimento do mesmo.

Conforme Franco (2006, p. 60), as duas funções de lançamentos são apresentadas como: “Função Histórica que consiste em narrar o fato contábil em ordem cronológica e a Função de classificação e representação monetária, que compreende o registro da expressão monetária dos fatos e seu agrupamento segundo a natureza de cada um.”

Estabelece o registro das variáveis de forma completa, demonstrando o seu valor monetário e especificando a sua forma de ocorrência, ou seja, a maneira que foi fechada a negociação de tal ato ocorrido.

### **2.8.2 ELEMENTOS ESSENCIAIS DO LANÇAMENTO**

Como vimos no item anterior o lançamento é realizado de acordo com o Método das Partidas Dobradas, é realizado em ordem cronológica de dia, mês e ano. Os elementos que compõe o lançamento obedecem a uma determinada disposição e uma ordem de registro. Segundo Moura (2003, p. 102), “todos os lançamento devem ter os seguintes elementos: local e data da ocorrência do fato, conta a ser debitada, conta a ser creditada, histórico e valor.”

Como vimos há cinco elementos, essenciais para a realização do lançamento, pois, esses são os principais dados a serem extraídos das variáveis, para a elaboração das demonstrações contábeis, referente às devidas ocorrências do patrimônio de uma determinada entidade.

### **2.8.3 FORMULA DE LANÇAMENTO**

Como foi exposto no item anterior, no método das partidas dobradas não há crédito sem débito e vice versa. Segundo Franco (2006, p. 61) “O lançamento deve sempre indicar o devedor e o credor, representados pelas contas. O mesmo lançamento pode, entretanto, apresentar mais de uma conta debitada ou mais de uma conta creditada.

Também Santos (2006, p. 82) confirma que, “os lançamento podem ser classificados de varias formas, de acordo com o número de contas envolvidas a débitos e a créditos:

- 1° Formula – Um débito e um crédito
- 2° Formula – Um débito e vários créditos
- 3° Formula - Vários débitos e um crédito

#### 4° Formula – Vários débitos e vários créditos

No entanto fórmula é a maneira pela qual se faz o registro das operações mercantis pelo método das partidas dobradas, é lançada de acordo com a necessidade de cada variável, permitindo a classificação das variáveis, devido sua apuração.

## 2.9 PROCESSOS DE ESCRITURAÇÃO

Devido à revolução industrial, a contabilidade teve que se adequar e evoluir de acordo com a necessidade da sociedade.

Hoje a contabilidade é realizada através de meio eletrônico, mas para chegar a esse nível, de acordo Moura (2009, p, 60) podemos afirmar que:

O livro diário passou por três estágios de escrituração. Processamento manual, no princípio toda escrituração era processada de forma manuscrita. Processamento mecânico, nesse estágio, a escrituração do Diário passou a ser feita por fichas ou em folhas soltas, as quais, posteriormente, em copiadas por decalque em livro apropriado. Processamento eletrônico, hoje quase a totalidade da empresas processam a escrituração do Diário por meio de computadores, sendo que as folhas impressas são posteriormente encadernadas.

A escrituração como exposta é uma técnica contábil, que utilizada para registrar os fatos ocorrendo, pode ser mecanizada, manual ou por meio eletrônico. Os registros das variáveis são realizados através de métodos das partidas dobradas, observando as normas e os princípios contábeis. O lançamento é a parte da escrituração, sendo realizado por ordem cronológica, através de fórmulas e dos elementos extraídos das variáveis, os quais devem ser registrados por etapa, ou seja, passo a passo.

De acordo com Moura (2003, p. 102-104), para a realização dos lançamentos deve seguir os seguintes passos:

1º passo, verificar o local e a data da ocorrência do Fato; 2º passo, verificar que documento foi emitido para comprovar a operação; 3º passo, identificar, no Fato, os elementos envolvidos, 4º passo: verificar no Elenco de Contas quais Contas utilizaremos para registrar cada um dos elementos identificados no 3º passo, 5º passo: preparar o histórico do problema; 6º passo, identificar que Conta será debitada e que Conta será creditada.

Percebe-se que os lançamentos estão intercalados aos registros de variáveis, submetidos as regras e ordens estabelecidas pelos princípios contábeis, que dão origem aos conjuntos de lançamentos, que é denominado de Escrituração Contábil.

## 2.10 PLANO DE CONTA

De acordo com Marion (2004, p. 116), plano de conta, “é o agrupamento ordenado de todas as contas que são utilizadas pela contabilidade dentro de determinada empresa. Portanto, o elenco de contas considerado é indispensável para os registros de todos os fatos contábeis.”

Segundo Ribeiro (2005, p. 3):

O elenco de contas consiste na relação das contas que serão utilizadas para o registro dos fatos administrativo responsáveis pela gestão do patrimônio da empresa, bem como dos atos administrativos considerados relevantes. O elenco envolve a intitulação e o código de cada conta. Seja qual for a empresa, as contas devem nele ser agrupados de acordo com a estrutura estabelecida pela lei nº 6404/1976, visando facilitar a elaboração das demonstrações contábeis

No Brasil, não há o uso obrigatório, pelas empresas, de um Plano de Contas padronizado, a Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 apenas disciplina, genericamente a função e a ordem das contas dos grupos de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. No Ativo as contas devem estar dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nela registrados, nos seguintes grupos: Ativo Circulante, Realizável em Longo Prazo e Permanente. O Ativo Permanente se classifica em Investimentos, Imobilizado e Diferido.

No Passivo, as contas devem estar dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade dos elementos nela registrados, nos grupos: Passivo Circulante, Exigível em Longo Prazo.

As contas representativas do Patrimônio Líquido, de acordo com a Lei nº 11.638/07 são: Capital Social, Reservas, Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Conforme Santos (2006, p. 75), a principal finalidade do plano de contas:

É de servir de meio de orientação na escrituração contábil, possibilitando sua padronização e protegendo a empresa contra os erros naturais motivados pela ausência de sistematização. Uma empresa que não possua um plano de conta adequado fatalmente dá lugar à abertura de contas indevidas, em duplicidade, com objetos confusos, com funções em pena colisão etc.

Tendo em vista, as formalidades apresentadas, elabora-se o plano de contas da empresa, que é a estrutura básica da escrituração contábil, pois, é com sua utilização que se estabelece o banco de dados com informações para geração de todos os relatórios e livros contábeis, tais como: Diário, Razão, Balancete, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e outros.

Para Marion (2004, p. 117):

O ideal é cada empresa implantar, dentro dos moldes estabelecidos pela legislação e tradição contábil brasileira, seu próprio Plano de Contas, mesmo que, no decorrer do tempo, sejam feitas algumas alterações com objetivo de aperfeiçoá-lo.

Assim, para a estruturação do Sistema Contábil, respeitamos a estrutura básica apresentada, entretanto considerando as peculiaridades da empresa, o que não impede que no futuro seja feitas as adaptações necessárias.

## **2.15 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL SIMPLIFICADA PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A Escrituração Contábil Simplificada surgiu, conforme a necessidade de facilitar o controle dos fatos e variáveis contábeis ocorridas no patrimônio prevê a

organização administrativa e financeira para ME e EPPs, de maneira simples e clara, facilitando o entendimento e a interpretação dos resultados obtidos. De acordo com, Arakaki, Azevedo e Souza (2008, p. 30), “em vez de realiza contabilidade completa, as microempresas e as empresas de pequeno porte podem valer-se de sistema escritural de menor complexidade, mais prático em termos operacionais.”

A escrituração Simplificação Contábil é regida pela LC 123 de 2006 e definida através da NBCT 19.13. De acordo com Breda (2010, p. 643)

Esta norma estabelece critérios e procedimentos específicos a serem observados pela entidade para a escrituração contábil simplificada dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico. A permissão legal de adotar uma escrituração contábil simplificada não desobriga a microempresa e a empresa de pequeno porte a manter escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que provocaram ou possam vir a provocar alteração do seu patrimônio.

Segundo Arakaki, Azevedo e Souza (2008, p.5),

No âmbito empresarial, um passo importante na história da área foi dado pelo Conselho Federal de Contabilidade ao editar a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 19.13, que dispõe sobre os procedimentos da Escrituração Contábil Simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, publicada em dezembro de 2007. Essa edição desfez um equívoco da Lei Complementar nº 123/06, que registrava como alternativa às empresas optantes do Simples Nacional a adoção da “contabilidade simplificada”, quando, na realidade, desejava se referir à simplificação da escrituração contábil.

Devido a dificuldade do entendimento e interpretação da LC 123/06 que dispõe no artigo 27 da contabilidade simplificada para as empresas optante pelo simples nacional, para entendê-la gerava muitos conflitos aos contadores, pois não tinha clareza nos procedimentos escriturais e nas obrigações a serem cumpridas. Pois no artigo 1.179 da Lei nº 10.406/02, determinava definitivamente sem exceção a obrigatoriedade contábil.

Lei 123/2006 disponibiliza no art., 27:

As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

Por meio de comissão técnica constituída para estudar o assunto referente a contabilidade simplificada e os confrontos gerados pelos contadores ao interpretá-la. Apresentou em 2007 ao Comitê Gestor do Simples Nacional a proposta do regime de escrituração contábil simplificada, e não da contabilidade simplificada. Após análise da proposta foi tramitada para o CFC, que direcionou para audiência pública em dezembro de 2007, sendo aprovada pela Resolução CFC nº 1.115/07 a NBCT 19.13, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que foi publicada no DOU em 19/12/07.

## **2.16 LEI COMPLEMENTAR - LC 123/2006**

A lei complementar 123/2006, é considerada a Lei geral para as ME e EPP, tem objetivo de facilitar os procedimentos contábeis e fiscais. Surgiu através da consolidação de numerosos projetos, objetos por sua vez, de diversas emendas em ambas as casas do Congresso Nacional.

Devido ao porte dessas empresas ser menor, a capacidade econômica e a competitividade relativa as empresas de grande porte o legislador achou um meio de estabelecer um tratamento diferenciado, pois, seriam viáveis procedimentos contábeis mais simples, o qual facilitaria e incentivaria a realização da contabilidade das mesma.

Para Marçal Justen Filho (2007, p. 33),

A Constituição adotou a orientação de que benefícios restritos às pequenas empresas e uma solução destinada a promover a isonomia: as pequenas empresas devem ser protegidas legislativamente como meio de compensar a insuficiência de sua capacidade econômica para competir com as grandes empresas.

A LC 123/2006, disponibilizou tratamento diferenciado para as ME e EPP, estabelecendo normas e técnicas diferenciadas para a elaboração de relatório e demonstrações contábeis, utilizando técnica simples; Escrituração Contábil Simplificada, esclarecida e regida pela a NBCT 19.13, que faculta para essas

empresas a obrigatoriedade da escrituração completa estabelecida pela Lei 10.406/02.

De acordo com Arakaki, Azevedo e Souza (2008, p.5),

A opção facultada pelo art. 27 da LC nº 123/06, também chamada de Lei Geral das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, no que se refere à escrituração contábil simplificada, objeto deste trabalho, guarda integral conformidade com a ordem jurídica; tanto no que se refere à obrigatoriedade de ser feita, quanto na adoção de processo mais simples.

A Lei Complementar 123/2006 define no artigo 3º os conceitos de ME e EPP, para as sociedades empresárias. No artigo 27 permite que as ME e EPP optantes pelo simples nacional, a adoção da contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas. De acordo com Breda (2010, p. 640) ressaltamos que “as ME e EPP, definidas na Lei Complementar nº 123-06, mesmo não optantes pelo simples nacional, poderão também adotar a escrituração contábil simplificada.”

## **2.17 NORMAS BRASILEIRAS CONTÁBEIS TÉCNICA - NBCT 19.13**

A NBCT 19.13, contempladas pelas disposições da LC 123/06, regulamentada pela Resolução CFC n.º1.115/07, como foi apresentado no item anterior a NBCT 19.13, surgiu devido os conflitos estabelecido pelo o artigo 27 da LC 123/2006, conforme expressão “Contabilidade simplificada”, portanto essa norma vem para corrigir e clarear os procedimentos contábeis simplificados, através de técnica decorrente na Lei vigente.

Segundo Arakaki, Azevedo, Souza (2008, p.84), a NBCT 19.13 tem finalidade;

1. Esta norma estabelece critérios e procedimentos específicos a serem observados pela entidade para a escrituração contábil simplificada dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico.
2. Esta norma aplica-se a entidade definida como empresário e sociedade empresária enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

3. A permissão legal de adotar uma escrituração contábil simplificada não desobriga a microempresa e a empresa de pequeno porte a manter escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que provocaram ou possam vir a provocar alteração do seu patrimônio.

Através da NBCT 19.13, é regido os procedimentos contábeis passo a passo para a elaboração dos relatórios contábeis, tendo como objeto de análise todos os aspectos relativo aos registros das permutas patrimoniais. Visando e determinando os procedimentos das elaborações dos relatórios e demonstrações contábeis, nas formalidades expostas pela a NBCT 2.

## **2.18 FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO**

O Presidente do CFC José Martonio Alves Coelho, afirma:

<sup>1</sup>O Conselho Federal de Contabilidade, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, Considerando que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos.

A escrituração mesmo sendo simplificada, deve ser executada com observância nos princípios contábeis, e em conformidade com o dispositivo estabelecido pela norma NBCT 2, que disciplina a escrituração contábil simplificada, bem como subitem NBC T 2.1, NBC T 2.2, NBC T 2.3, NBC T 2.4, NBC T 2.5, NBC T 2.6, NBC T 2.7 e NBC T 2.8, pois, essas normas disponibilizam os procedimentos da escrituração nos termos simples. A escrituração deverá ser realizada pelo regime de competência. Conforme Arakaki, Azevedo e Souza (2008, p.84) “As receitas, despesas e custos devem ser escriturados contabilmente com base na sua competência,”

Resolução CFC Nº 751, de 29.12.93 publicada no DOU de 31.12.93, dispõe no artigo 7º combinado com o artigo 9º, a estrutura e os conceitos das Normas Técnicas:

---

<sup>1</sup> Disponível em > <http://www.oaks.com.br/certificacao-digital/57-legislacao/126-resolucao-conselho-federal-de-contabilidade-cfc-no.html>

NBC T 2 - Da Escrituração Contábil: A escrituração contábil trata da execução dos registros permanentes da Entidade e de suas formalidades;

NBC T 2.1 - Das Formalidades da Escrituração Contábil; fixa as bases e os critérios a serem observados nos registros;

NBC T 2.2 - Da Documentação Contábil; documentação contábil compreende todos os documentos, livros, papéis, registros e outros que apóiam ou compõem a escrituração contábil;

NBC T 2.3 - Da Temporalidade dos Documentos; que estabelece os prazos que a Entidade deve manter os documentos comprobatórios em seus arquivos;

NBC T 2.4 - Da Retificação de Lançamento; estabelece a conceituação e a identificação das formas de retificação;

NBC T 2.5 - Das Contas de Compensação; fixa a obrigação de registrar os fatos relevantes, cujos efeitos possam se traduzir em modificações futuras no patrimônio da Entidade;

NBC T 2.6 - Das Filiais: estabelece conceitos e regras a serem adotados pela Entidade para o registro das transações realizadas pelas filiais;

NBC T 2.7 - Dos Balancetes; fixa conceitos e regras, sobre o conteúdo, finalidade e periodicidade de levantamento do balancete, bem como da responsabilidade do profissional, no momento quando aquele é usado para fins externo.

NBC T 2.8 - Formalidade da Escrituração Contábil de Forma Eletrônica, essa norma estabelece critérios para a elaboração da escrituração por meio eletrônico e sua certificação digital.

Ao realizar a escrituração contábil sendo ela simplificada ou não, deve-se obedecer a requisitos de regras e doutrinas, para um bom desempenho do trabalho, obedecendo a um padrão que facilitará os registro e lançamentos das variáveis, demonstrará com clareza as ocorrências da mesma, obtendo todas as informações necessárias para a identificação da situação econômica e análise financeira, também é necessário para a organização e auxílio na realização das atividades do patrimônio. Como já demonstrado anteriormente os registros contábeis, devem ser efetuados através de documentos fiscais, e auxiliares, obedecendo a uma ordem cronológica, será identificado a natureza das contas e o valor em moeda corrente

nacional, por meio eletrônico. Ressaltamos que todos os fatos, sendo permutativo compensativo ou modificativo, deverão ser contabilizados.

A contabilização das Filiais seguirá os mesmos padrões de registros da Matriz, mas, será identificado detalhadamente no relatórios das transações de cada uma dessas unidades, o grau de detalhamento ficará a critério da entidade. Nas demonstrações contábeis as relativas transações entre matriz e unidades, bem como entre estas, serão eliminadas, as contas de resultados não possam ser atribuídas às unidades, serão registradas na matriz. Enquanto ao rateio e distribuição de Lucro ficará a critério da administração da entidade.

## **2.19 LIVROS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS PARA ME E EPP**

A escrituração Contábil visa o registro de todos os fatos contábeis que alteram o patrimônio, esses registros são lançados em livros próprios da escrituração, pois, devido a necessidade da escrituração foram estabelecidos pela lei 10.406/2002, alguns livros contábeis, para o controle dos registros. No entanto serão mencionados apenas os livros obrigatórios utilizados para a contabilização dos atos e fatos administrativos das ME e EPPs.

De acordo com Arakaki, Azevedo E Souza (2008, p.89) os livros contábeis obrigatórios para as ME e EPP exigido pela LC 123/2006, “Livro Diário e o Livro Razão. Ressaltamos que esses livros deverão obedecer a formalidade <sup>2</sup>intrínseca e extrínseca e será escriturado conforme a NBCT 2.”

Alem desses livros tem os livros auxiliares, que é exigido conforme LC nº 123/06 que conservou a exigência da Lei, conforme seguinte dispositivo:

Art. 26. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a: emissão do Livro Diário e do Livro Razão

§ 2o As demais microempresas e as empresas de pequeno porte, além do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão, ainda, manter o

---

<sup>2</sup> Formalidade intrínseca trata-se de organização da parte interna do livro contábil, deve ter individualidade e clareza, forma mercantil, ordem cronológica e registro contínuo e corrente dos fatos contábeis. Extrínsecas, trata-se da parte externa dos livros contábeis, deve ter termo de abertura e encerramento, ( Santos, Schmidt, Gomes *et al* (2006, p. 87).

livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária.

Segundo Arakaki, Azevedo e Souza (2008, p.84,) “pode-se concluir que não se trata de livro “caixa em termos contábeis”, mas de um livro para registro da “movimentação financeira”, ou seja, do “controle das disponibilidades” da empresa.”

### **2.12.1 LIVRO DIÁRIO**

No Livro Diário, é escriturado de acordo com o acontecimento de cada fato, a medida que eles ocorrem, diariamente serão registrados todos os fatos contábeis. Para Iundícius, Marion (2007, p.59) “o Livro Diário assim é chamado por que nele são registrados diariamente as operações que efetuam a situação patrimonial da empresa.”

De acordo com Gomes, Junior e Chieregato, *et al* (2004, p. 183):

O Diário, é o livro utilizado para o registro de todas a escrituração contábil. Devem se lançados nesse livro dia a dia, todos os atos ou operações das atividades empresariais, que modifiquem ou possam modificar a situação patrimonial, econômica e financeira da pessoa jurídica, Devem ser encadernado, com folhas numeradas seqüencialmente. Pode por fichas seguidamente numeradas, no caso da escrituração mecanizada, Tanto o livro como as fichas devem conter termo de abertura e de encerramento e ser submetidos á autenticação pelo órgão de competência.

O Livro Diário pode ser escriturado de forma manuscrita, mecanizada ou informatizada. A escrituração do Livro Diário deve obedecer ao Código Comercial e às Normas Brasileiras de Contabilidade quanto à sua forma, devendo: ser escriturado em idioma e moeda corrente nacional; não conter rasuras; obedecer à ordem cronológica dos fatos, podendo, nesse caso, ser escriturado de forma resumida ou sintética, diária ou mensal respaldado em Livros Auxiliares ou Fiscais; com base em documentos que dêem suporte e que comprovem as operações registradas; o livro escriturado por processo mecanizado ou informatizado, após sua utilização, deve conter, na primeira e última folha, os respectivos Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente assinados por profissional habilitado e

pelo dirigente da empresa, devendo ser encadernado e registrado na Junta Comercial ou no Cartório em que estiverem arquivados os atos constitutivos.

### **2.12.2 LIVRO RAZÃO**

O Livro Razão registra, também, todos os fatos. É esse livro que permite conhecer a movimentação de débito e crédito de cada elemento que compõe o patrimônio da empresa. Para Marion (2004, p 180), o Livro Razão, “em virtude de sua eficiência, é indispensável em qualquer tipo de empresa: é o instrumento mais valioso para o desempenho da contabilidade. Por isso, pela legislação contábil é um livro obrigatório.”

O livro razão especificará detalhadamente a natureza e o saldo de cada conta, consiste um agrupamento de valores nas contas com a mesma natureza. De acordo com Marion (2004, p. 180) “o registro do Razão é realizado em contas individualizadas; tem-se um controle por conta. A escrituração do livro Razão passou a ser obrigatória a partir de 1991, conforme o art. 14 da Lei nº 8.218 de 29/08/91.”

Segundo Gomes, Junior e Chierigato, *at al* (2004, p. 67):

O livro Razão é um livro, utilizado para resumir e totalizar, por conta e subconta, os lançamentos efetuados no livro Diário. Deve constar no razão, em cada lançamento contábil, o número do documento, o que facilitará a posterior localização da documentação de suporte, no caso de fiscalizações de contas. A escrituração do Razão deve ser individualizada, com clareza, e em ordem cronológica. O livro Razão está dispensado de registro e autenticação nos órgãos de registro de comércio, embora entendamos ser adequado o registro nas juntas comerciais.

O Livro Razão pode ser escriturado por processo manuscrito, mecânico ou informatizado e não deve conter rasuras, entrelinhas ou qualquer indício que ponha em dúvida os registros. Após a escrituração, deve ser encadernado, sendo dispensado de autenticação e registro na Junta Comercial ou no Cartório.

## 2.20 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas a cada final do exercício social, o qual consiste em um conjunto de demonstrativos, que resulta lucro ou prejuízo, referentes às determinadas variáveis ocorridas no exercício. Fornece informações referentes à situação financeira do patrimônio em um determinado período, e o crescimento econômico equivalente ao ano anterior.

As demonstrações Contábeis definidas através da lei 6.404/76, alterada pela lei 11.638/07. De acordo com Franco (2006, p. 142):

A lei 6404/76 no artigo 176 determina que, ao fim de cada exercício social, a Diretoria faça elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: Balanço patrimonial, Demonstrações ou prejuízos acumulados, Demonstrações dos resultados do exercício e Demonstrações das origens e aplicações de recursos.

Ressaltamos que devidas as variedades de demonstrações existente, mas apenas 4 são exigidas pela lei 6.404/ 76 determinadas pelo o artigo 176, no entanto será mencionado apenas as Demonstrações obrigatórias para as ME e EPPs.

De acordo com Arakaki, Azevedo e Souza (2008, p.85), “A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que, opcionalmente, adotarem Escrituração Contábil Simplificada estão obrigadas à elaboração do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.”

As demonstrações contábeis deverão ser elaboradas no final de cada exercício, em conformidade com o estabelecido na NBC T 3.1, NBC T 3.2, NBC T 3.3 as Demonstrações Contábeis será transcrita para o Livro Diário conforme NBCT 2 que dispõe no Item 2.1.4.

NBC T 2.1.4 “O Balanço e demais Demonstrações Contábeis de encerramento de exercício serão transcritos no "Diário" completando-se com as assinaturas do Contabilista e do titular ou representante legal da Entidade.”

A NBCT 3, trata-se da Demonstrações Contábeis em, conceito, conteúdos, estrutura, e nomenclatura, dispõe em cada item os procedimentos com detalhes

para a elaboração dos mesmos; NBC T **3.1** - Das Disposições Gerais, NBC T **3.2** - Do Balanço Patrimonial e NBC T **3.3** - Da Demonstração do Resultado.

As Demonstrações contábeis são extraídas dos livros, registros de documentos que compõem o sistema contábil de qualquer tipo de Entidade. Será realizada em conformidade dos princípios contábeis. Constará o período da ocorrência e demonstrará a situação econômica do patrimônio, obtendo notas explicativas para o melhor entendimento dos usuários.

De acordo com CRCBA a NBC T 19.13 “<sup>3</sup>faculta as ME e EPP elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e das Notas Explicativas”.

## **2.20.1 BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de demonstrar os aspectos financeiros e o aspecto econômico do patrimônio. Demonstrando as situações financeiras e econômicas do patrimônio e sua capacidade de sobrevivência, conforme as ocorrências patrimoniais.

De acordo com Franco (1997, p. 143) define:

Aspecto econômico – patrimonial, que mostra a situação da riqueza dos titulares, em face do ativo e do passivo do patrimônio. Aspecto financeiro do patrimônio nos mostra as relações de débitos e de crédito para com os terceiro , assim como os recursos com que podemos contar para liquidação das responsabilidade,.

Para Franco (2006, p. 140), “é através do balanço que a contabilidade exerce sua função de informar o estado do patrimônio, em determinado momento demonstrar, de forma sintética, todos os componentes patrimoniais.”

A lei 6.404/76 no artigo 178 alterada pela lei 11.638/07 determina que no balanço as contas sejam classificadas segundo os elementos do patrimônio que

<sup>3</sup> CRCBA - Disponível em > <http://www.crcba.org.br/boletim/edicoes/ver.htm>

registram, e agrupadas de modo que possa facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da companhia. O Balanço Patrimonial é constituído por duas colunas, a coluna do lado direito representa a conta do Passivo e o Patrimônio Líquido, a conta do lado esquerdo apresenta as conta do Ativo. A somatória das duas colunas deve ser de igual valor em ambos os lados.

As contas do ativo representam os bens e direitos do patrimônio, e as contas do passivo as obrigações, já o Patrimônio Líquido é a subtração do ativo com o passivo, ou seja a reserva de capital, lucros ou prejuízos acumulados. No entanto o resultado obtido será lançado no passivo se der lucro será subtraído, e se der prejuízo será somado. Portanto a soma do ativo sempre será igual a do passivo.

## **2.20.2 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Demonstrações do Resultado do exercício (DRE), é constituída pelas contas de resultados e despesas. A DRE tem a finalidade de apurar o resultado das operações ocorridas no patrimônio e sua movimentação econômica, subtraindo as despesas da receita, assim apurando o lucro líquido ou prejuízo obtido no exercício. No entanto a DRE tem o objetivo de demonstrar o resultado líquido operacional.

Segundo Iudicibus e Marion (2007, p. 172) a DRE, “é o resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentado de forma dedutiva vertical, ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo acumulado).”

Lei 6.404/76 no artigo 187 determina que:

Art. 187 - A demonstração do resultado do exercício discriminará: I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos; II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto; III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais; IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais e o saldo da conta de correção monetária (Art. 185, § 3º); & Inciso alterado pela Lei nº9249/95.

A DRE é de grande importância para as entidades, pois ele demonstra as quantidades das despesas em relação às receitas, transmite informação real, sobre

as operações realizadas, se foi relevante ou não, permite avaliar financeiramente a empresas, se esta obtendo um retorno relevante ou não, apresenta o lucro ou prejuízo em um determinado período, permitido que os administradores possam fazer análise vertical e horizontal sobre seus dados mais relevantes como custo operacional, lucro bruto e lucro líquido. No entanto a DRE é uma fonte de informações o qual demonstra as situações financeiras, permitindo que os empreendedores tomem as devidas providências e decisões em seus negócios, para que não venha a sofrer danos financeiros futuros.

## 2.21 PLANO DE CONTA SIMPLIFICADO

O Plano de Contas mesmo sendo simplificado, deve ser elaborado levando em consideração as especificidades porte e natureza das atividades realizadas na empresa, de acordo com as necessidades do controle das respectivas variáveis.

O plano de conta simplificado está amparado pela LC 123/2006 e Resolução CFC N°1.115/2007 em conformidade com a NBCT 19.13, que estabelece os aspectos estruturais, determina que o Plano de Conta Simplificado tem que possuir no mínimo 4 níveis de conta.

Nível 1: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receitas, Custos e Despesas;

Nível 2: Ativo: Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente;

Nível 3: Contas que evidenciem os grupos a que se referem;

Nível 4: Sub-contas que evidenciem o tipo de registro contabilizado, ou seja, as variáveis.

De acordo com a Receita Federal a NBC T 19.13 determina que, o Plano de Contas Simplificado deve contemplar, pelo menos, a segregação dos seguintes valores:

<sup>4</sup>(a) Receita de Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços; (b) Devoluções de Produtos, Mercadorias e Serviços Cancelados; (c) Custo dos Produtos Vendidos; (d) Custo das Mercadorias Vendidas; (e) Custo dos

---

<sup>4</sup> Receita Federal - Disponível em >  
[http://sijut.fazenda.gov.br/netacgi/nphbrs?SECT1=SIATW7&d=SIAT&p=1&u=/netahhtml/Pesquisa.htm&r=6&f=G&l=20&s5=\(RES000111520071214\\$\).CHAT.+E+CFC.ORG.A](http://sijut.fazenda.gov.br/netacgi/nphbrs?SECT1=SIATW7&d=SIAT&p=1&u=/netahhtml/Pesquisa.htm&r=6&f=G&l=20&s5=(RES000111520071214$).CHAT.+E+CFC.ORG.A).

Serviços Prestados; (f) Despesas Operacionais, relativas aos demais gastos necessários à manutenção das atividades econômicas, não incluídas nos custos; (g) Outras Receitas Operacionais; (h) Receitas Não Operacionais; e (i) Despesas Não Operacionais.

Segundo Arakaki, Azevedo e Souza (2008, p. 86) A NBC T 19.13 enfatizou alguns aspectos importantes a serem considerados na elaboração do Plano de Conta:

- I. Ser simplificado, embora conservando os elementos essenciais para sua utilização e finalidade;
- II. Considerar as especificidades, porte e natureza das atividades a serem desenvolvidas pela empresa;
- III. Possuir flexibilidade para gerar e controlar informações gerenciais;
- IV. atender as exigências determinadas pela Lei Geral;
- V. permitir conciliações com outros livros e relatórios fiscais e outros;
- VI. Conter, no mínimo, 4 níveis na estrutura organizada para sua codificação;
- VII. Segregar as despesas, custos e receitas com a finalidade de assegurar consistência nas informações contábeis, principalmente com relação aos aspectos conceituais desses itens.

O Plano de Contas mesmo sendo de forma Simplificada evidencia na organização do controle de registro das variáveis, com a finalidade de evitar erros de lançamentos e confusões ao classificar as contas.

## Estrutura do Plano de Contas Simplificado:

DEBITO	CREDITO
<b>ATIVO</b> <b>CIRCULANTE</b> → Disponível → Contas a Receber → Estoques → Outros Créditos → Despesas do Exercício Seguinte <b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> → Contas a Receber → Estoques <b>PERMANENTE</b> → Investimentos → Imobilizado → Intangível → Diferido → (-) Depreciação Acumulada → (-) Amortização Acumulada	<b>PASSIVO</b> <b>CIRCULANTE</b> → Obrigações Sociais e Fiscais → Contas a Pagar → Lucros a Distribuir → Empréstimos Bancários → Outras Contas a Pagar <b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> → Financiamentos Bancários <b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b> → Receitas Diferidas → (-) Custos e Despesas Diferidas <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> → Capital Social → Reservas → Ajustes de Avaliação Patrimonial → (-) Ações em Tesouraria → Lucros ou Prejuízos Acumulados
<b>CUSTOS</b> → Insumos → Mão-de-Obra Direta → Outros Custos Diretos → Custos Indiretos de Produção	<b>PRODUÇÃO</b> → Industrial → De Serviços
<b>DESPESAS</b> → Custo das Vendas → Despesas com Pessoal → Despesas Administrativas → Despesas de Comercialização → Despesas Tributárias → Despesas Financeiras → Depreciação e Amortização → Perdas Diversas → Despesas Não Operacionais	<b>RECEITAS</b> → Receita Bruta de Vendas → (-) Deduções da Receita Bruta → Receitas Financeiras → Receitas Diversas → Receitas Não Operacionais
<b>CONTAS DE APURAÇÃO DE RESULTADO</b> → Balanço de Abertura → Balanço de Encerramento → Resultado do Exercício	

Tabela 1: Estrutura do Plano de Contas Simplificado

Autor: Arakaki, Azevedo, Souza 2008

### 3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, a contextualização metodológica foi definida através de pesquisas bibliográficas, que tem como objeto, o uso de livros, revista científica, artigos e Leis. Ressalta-se que a pesquisa bibliográfica está enquadrada em um estudo de caso, pois, foram coletados dados de uma determinada entidade, os quais foram utilizados como exemplo na realização da análise do resultado do estudo bibliográfico, com a finalidade de demonstrar a importância do estudo.

De acordo com Lakatos, Marconi (2001, p. 43), pesquisa bibliográfica “Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revista, publicidade avulsas e empresa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com tudo que foi escrito sobre determinado assunto.”

Este trabalho foi decorrido com base em teorias, fatos expostos e comprovados por autores e legisladores, com procedimento baseado em normas legislativas e princípios teóricos.

Quanto a natureza dos dados este se da de forma qualitativa e quantitativa. De acordo com Lakato, Marconi (2004, p. 272) define:

Na pesquisa qualitativa, primeiramente faz-se a coleta dos dados a fim de poder elaborar a teoria de base, ou seja, o conjunto de conceitos, princípios e significados. O esquema conceitual pode se uma teórica elaborada, com um ou mais construtores. Desse modo, faz-se necessário correlacionar a pesquisa com o universo teórico.

Em relação à forma Qualitativa esta, evidencia-se com base nas teorias e legislação que evidenciou os procedimentos para o desempenho do estudo, visando os resultados da pesquisa de forma analítica.

Segundo Marconi, Lakatos (2010, p. 4), dados quantitativo são:

Os dados devem ser, quanto possível, expressos com medida numéricas. O pesquisador deve ser paciente e não ter pressa, pois, as descobertas significativas resultam de procedimentos cuidadosos e não apressados. Não deve fazer juízo de valor, mas deixar os dados e a lógica levarem a solução real, verdadeira.

Para a realização da análise deste trabalho foi extraído dados em valores de formas numéricas de Demonstrações Contábeis, que evidência sobre a situação e resultados financeiros da empresa, submetida em valores numéricos, portanto os dados coletados também são de forma quantitativa.

### **3.1 COLETA DE DADOS**

Os dados para a realização desse trabalho foram coletados através do acervo bibliográfico, através de artigos e matérias disponibilizados em site e páginas especializadas, e também os dados coletados para análise dos resultados desse trabalho foi através de Demonstrações Contábeis de uma determinada entidade de personalidade jurídica, que cujo nome será preservado.

#### 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Após o estudo das informações bibliográficas coletadas, como exemplificação para o melhor entendimento da proposta do trabalho, utiliza-se as demonstrações contábeis exigida pela LC 123/2006 e NBCT 19.13. Será demonstrada através do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício a importância e relevância da escrituração contábil, e sua influência no crescimento econômico.

O Balanço Patrimonial e a DRE apresentado abaixo pertence a uma empresa de pequeno porte com o ramo de atividade em Comércio Varejista de Materiais Elétricos. Ressalta-se que o nome da empresa será preservado conforme a solicitação dos representantes da mesma.

O Balanço Patrimonial e a DRE referem-se ao processo escritural das operações ocorridas na entidade em 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Balanço Patrimonial realizado em 31 de dezembro de 2010 Empresa XY.

<b>Ativo</b>	<b>634.825,50</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>500.303,57</b>
<b>ATIVO DISPONÍVEL</b>	<b>15.849,62</b>
<b>CAIXA</b>	<b>6.020,92</b>
CAIXA GERAL	6.020,92
CAIXA MATRIZ	6.020,92
<b>BANCOS C/MOVIMENTO</b>	<b>9.828,70</b>
BANCOS - MATRIZ	7.588,70
BANCO BRASIL S.A.	-5.204,85
BANCO BRADESCO S.A.	119,35
BANCO HSBC S.A.	389,76
BANCO SICREDI S.A.	12.284,44
APLICAÇÃO FINANCEIRA	2.240,00
BANCO BRASIL S/A - OUROCAP	2.200,00
BANCO SICREDI S.A. - POUPANÇA	40,00
<b>DIREITOS</b>	<b>18.787,47</b>
<b>CLIENTES</b>	<b>72.143,99</b>
DUPLICATAS A RECEBER - MATRIZ	72.143,99
<b>CR - DUPLICATAS DESCONTADAS</b>	<b>-53.356,52</b>
B00536769-5	-549,33
B00537654-6	-165,00
B00538110-8	-434,87
B00538113-2	-4.559,11
B00538305-4	-6.012,42
B00538501-4	-3.724,06
B00538781-5	-22.417,61
B00539012-3	-15.494,12
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>23.391,31</b>
<b>CONTAS CORRENTES</b>	<b>14.743,66</b>

CONTAS CORRENTE DE SÓCIOS	14.743,66
JOSE CAMARGO	14.743,66
<b>IMPOSTOS A RECUPERAR</b>	<b>18,61</b>
FGTS	9,25
INSS	9,36
<b>VALORES A LIBERAR</b>	<b>8.347,36</b>
DEV DE MERCADORIAS A REALIZAR	8.347,36
<b>MERCADORIAS C/ENTREGA FUTURA</b>	<b>281,68</b>
AÇO FER LTDA (CUIABA)	281,68
<b>ESTOQUES TOTAIS</b>	<b>442.275,17</b>
<b>ESTOQUES DE MERCADORIA</b>	<b>442.275,17</b>
MERCADORIAS PARA REVENDA	442.275,17
COMPRAS PARA COMERCIALIZAÇÃO	442.275,17
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>5.744,11</b>
<b>VALORES A REALIZAR</b>	<b>5.744,11</b>
<b>CONSÓRCIOS NÃO CONTEMPLADOS</b>	<b>5.566,66</b>
CONSORCIO NACIONAL CANOPUS	5.566,66
<b>DESPESAS A REALIZAR</b>	<b>177,45</b>
BB SEGUROS	177,45
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>117.678,13</b>
<b>PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS</b>	<b>15.656,38</b>
<b>PARTICIPAÇÕES</b>	<b>15.656,38</b>
BANCO SICREDI S.A.	15.656,38
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>46.365,29</b>
<b>BENS CORPÓREOS</b>	<b>12.865,61</b>
IMÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO	2.416,89
INSTALAÇÕES OPERACIONAIS	2.416,89
GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	10.448,72
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	9.948,72
APARELHOS COMUNICAÇÃO E REDES	500,00
<b>IMOBILIZADO OPERACIONAL</b>	<b>33.499,68</b>
ACESSÓRIOS OPERACIONAIS	2.743,20
FERRAMENTAS OPERACIONAIS	1.505,95
CONDICIONADORES E VENTILADORES	1.237,25
VEÍCULOS OPERACIONAIS	29.305,68
VEÍCULOS CARGA LEVE	29.305,68
DIREITO DE USO	1.450,80
BENS EM COMODATO	1.450,80
<b>DIFERIDO</b>	<b>55.656,46</b>
<b>DIFERIDO GERAL</b>	<b>55.656,46</b>
CONSTRUÇÃO EM TERRENOS DE TERC	55.656,46
CONSTRUÇÃO BARRACÃO	99.683,56
CR-EXAUSTÃO CONST.EM TERR TERC	-44.027,10
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>11.099,69</b>
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>	<b>11.099,69</b>
<b>VALORES DIVERSOS</b>	<b>11.099,69</b>
CLIENTES C/ENTREGA FUTURA	11.099,69
<b>PASSIVO</b>	<b>634.825,50</b>
<b>OBRIGAÇÕES GERAIS</b>	<b>106.474,47</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>105.023,67</b>
<b>FORNECEDORES</b>	<b>84.956,79</b>
AGHAUM MAT.ELETR.LTD	9.598,53
AGUIA SUL LOGIS.LTDA	264,56
BB CORRETORA S.A	121,80
BRASILUX IND COM LTD	558,42
BRONZEARTE IND.COM L	674,91
CEWP COM.DIST.LTDA	1.093,04
COM MAT COSNT SHM LT	368,79
ELETROCAL IND COM SA	10.802,54
ELETROMATIC CONTR.LT	1.764,00
EMPALUX MULTI MERC	1.579,73
FLORENÇA RIO PRETO L	3.078,60
FORJASUL S/A	1.149,22
FREITAS SILV. CIA LT	937,18
GL ELETRO LTDA PIAL	6.049,42
GL ELETRO-ELETRONICO	1.408,07

GLD COMERCIAL LTDA	3.823,40
GLOBAL ELETROM.LTDA	4.430,06
GP CABOS IND COM LTD	1.667,84
KANAFLEX S/A IND.PLA	1.287,63
LORENZETTI S.A.	1.787,71
MAJE NE IND COM LTDA	596,03
MAR-GIRIUS CONT.LTDA	1.004,43
MARGUTTI INDL LTDA	1.001,25
METALURG.LOMBARDI LT	4.466,59
METALURGICA BONIN LT	1.547,44
MEXICHEM BRASIL LTDA	3.258,20
MULTI PAD MAT EL LTD	356,00
MULTIELETRO DIST LTD	1.029,92
NOELI T H ANDRADE LT	625,00
OLIVO S/A	1.266,44
PHILIPS DO BRASIL LT	1.489,20
PICCOLI TRANSP LTDA	561,59
PROIMPORT BRASIL LTD	4.262,90
R.S.M MAT ELETR LTDA	1.239,94
SELCO BRANEL COM.LTD	332,50
SUCESSO DIST EMB LTD	149,51
TECNOWATT ILLUM.LTDA	1.239,00
TRAEI TRANSF. E LTDA	1.015,00
TRON IND REF ELET.LT	4.773,81
VIAÇÃO JUINA LTDA	142,11
VICENTINO'S BRASI LT	1.425,10
WETZEL S.A - ELETROT	729,38
<b>OBRIGAÇÕES</b>	<b>11.191,98</b>
SOCIAIS E TRABALHISTAS	11.191,98
FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO	1.165,28
I.N.S.S(PREVIDENCIA SOCIAL)	1.111,94
PESSOAL A PAGAR	7.134,76
PRO LABORE A PAGAR	1.780,00
<b>TRIBUTÁRIAS</b>	<b>8.874,90</b>
TRIBUTOS ESTADUAIS	2.823,76
ICMS - PARCELAMENTO	2.823,76
TRIBUTOS FEDERAIS	6.051,14
SIMPLES NACIONAL	6.004,98
I.R.R.F.S/SALÁRIOS	46,16
<b>OUTRAS CONTAS</b>	<b>1.450,80</b>
<b>DIREITO DE USO</b>	<b>1.450,80</b>
BENS EM COMODATO	1.450,80
<b>EXIGÍVEL</b>	<b>81.409,97</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>81.409,97</b>
<b>EMPRESTIMOS</b>	<b>6.031,23</b>
PROCAPRED SICREDI A70001477-0	6.031,23
<b>FINANCIAMENTOS</b>	<b>75.378,74</b>
BCO BRASIL S/A - FCO 40/399-X	12.833,20
BCO BRASIL S/A - FCO 40/1144-5	38.888,88
BCO HSBC S/A - GIRO FACIL (1)	23.656,66
<b>PATRIMONIO</b>	<b>650.673,08</b>
<b>PATRIMONIO TOTAL</b>	<b>188.000,00</b>
<b>CAPITAL</b>	<b>188.000,00</b>
CAPITAL SOCIAL - MATRIZ	188.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	188.000,00
<b>RESERVAS</b>	<b>462.673,08</b>
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>	<b>462.673,08</b>
AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	66.925,76
EQUAÇÃO PATRIMONIAL	66.925,76
RESERVAS DE LUCRO	395.747,32
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	395.747,32
<b>PREJUÍZOS</b>	<b>-214.831,71</b>
<b>PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>-214.831,71</b>
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>-214.831,71</b>
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>11.099,69</b>

<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>	<b>11.099,69</b>
<b>VALORES DIVERSO</b>	<b>11.099,69</b>
CLIENTES C/ENTREGA FUTURA	11.099,69

Fonte: Dados da pesquisa

DRE – Demonstração de Resultado do Exercício 2010, Empresa XY.

<b>VENDA BRUTA OPERACIONAL</b>	<b>1.107.685,17</b>
901001 VENDAS A VISTA - MATRIZ	495.662,82
901002 VENDAS A PRAZO - MATRIZ	612.022,35
<b>DEDUCOES DE VENDAS</b>	<b>(90.878,46)</b>
902001 VENDAS CANCELADAS - MATRIZ	(24.493,72)
902007 I.R.P. JURÍDICA (SIMPLES)	(66.384,74)
<b>RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL</b>	<b>1.016.806,71</b>
903001 RECEITA LIQUIDA COMERCIAL	1.016.806,71
<b>CUSTOS DAS VENDAS</b>	<b>(980.866,15)</b>
904002 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - MATRIZ	(980.866,15)
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>35.940,56</b>
905001 LUCRO BRUTO COMERCIAL	35.940,56
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(250.772,27)</b>
906001 DESPESAS MERCANTIS - MATRIZ	(88.059,07)
906003 DESPESAS TRANSPORTE E LOGÍSTICA	(14.423,47)
906004 DESPESAS ADMINISTRATIVAS - MATRIZ	(88.741,64)
906005 DESPESAS FINANCEIRAS - MATRIZ	(63.322,45)
906006 DESPESAS TRIBUTÁRIAS - MATRIZ	(583,30)
906007 RECEITAS FINANCEIRAS	(2.471,69)
906008 RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	(1.885,97)
907001 OPERACIONAL	<b>(214.831,71)</b>
907021 ANTES DA CONTRIBUICAO SOCIAL	<b>(214.831,71)</b>
907026 ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	<b>(214.831,71)</b>
909000 LIQUIDO	<b>(214.831,71)</b>

Fonte: Dados da pesquisa

A Empresa XY, realizou o registro dos fatos contábeis ocorridos no ano de 2010 de acordo com a legislação e normas previstas, demonstrando com clareza e especificando detalhadamente as ocorrências de cada uma das variáveis, cujos lançamentos foram realizados com base no plano de contas. Pode-se observar que cada conta corresponde a um grupo específico de uma determinada natureza, que pode ter a natureza de saldo credor ou devedor e são ordenadas e estabelecidas pelo plano de contas, que tem a finalidade de facilitar os registros contábeis e a identificação dos fatos.

São através dos lançamentos contábeis que são registradas e controladas as operações ocorridas na entidade, pois, após os trâmites dos lançamentos é

possível visualizar a situação financeira do patrimônio ao término do exercício de 2010.

De acordo com o Balanço Patrimonial, a Empresa XY trabalhou buscando capital de terceiros, o que influenciou em sua rentabilidade e estabilidade do patrimônio. Com a contabilização dos juros considerados excessivos, a empresa apresentou um índice de liquidez muito baixo em relação às obrigações de curto prazo, não superou suas expectativas, pois, o desempenho das atividades operacionais não foi viável para o crescimento econômico e estabilidade financeira.

Vale ressaltar que apesar do mau desempenho das atividades a empresa registra reserva de capital compatível, que poderá cobrir prejuízos operacionais diante de contingências econômicas.

#### **Conceito Índice de Liquidez:**

Os índices de liquidez têm finalidade de avaliar a capacidade financeira que a empresa possui, para honrar os compromissos de pagamentos de dívidas com terceiros. Quanto maior forem os índices, melhor será a capacidade de liquidez da empresa, pois, o ideal seria que o resultado fosse igual ou superior a um, que representa a relação de um (obrigação) para um (direito).

No entanto, será avaliada a liquidez da Empresa XY, através dos índices de Liquidez conforme segue:

**Liquidez Imediata:** trata-se das disponibilidades que a empresa possui para honrar suas dívidas de curto prazo, é a porcentagem dos compromissos que a empresa pode liquidar imediatamente.

QLI = Disponibilidade / Passivo circulante:

$$15.849,62 / 105.023,67 = 0,15$$

Os recursos disponíveis de curto prazo não apresentam capacidade de liquidar o passivo circulante, pois, para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa tem R\$ 0,15 de disponibilidade, representando a relação de 0,15: 1,00.

**Liquidez Corrente:** é a capacidade que a empresa possui para quitar suas dívidas de curto prazo com o seu ativo circulante.

QLC = Ativo Circulante / Passivo Circulante:

$$500.303,57/105.023,67= 4,76$$

A empresa apresenta liquidez, pois, para cada R\$ 1,00 real de dívida de curto prazo a empresa tem R\$ 4,76 de disponibilidade, apresentando a relação de 4,76: 1,00.

**Liquidez Seca:** indica a capacidade que a empresa tem para liquidar sua dívida de curto prazo, utilizando somente os recursos do circulante sem contar com os recursos do estoque.

$$\text{QLS} = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$$

$$500.303,57 - 442.275,17 / 105.023,67 = 0,55$$

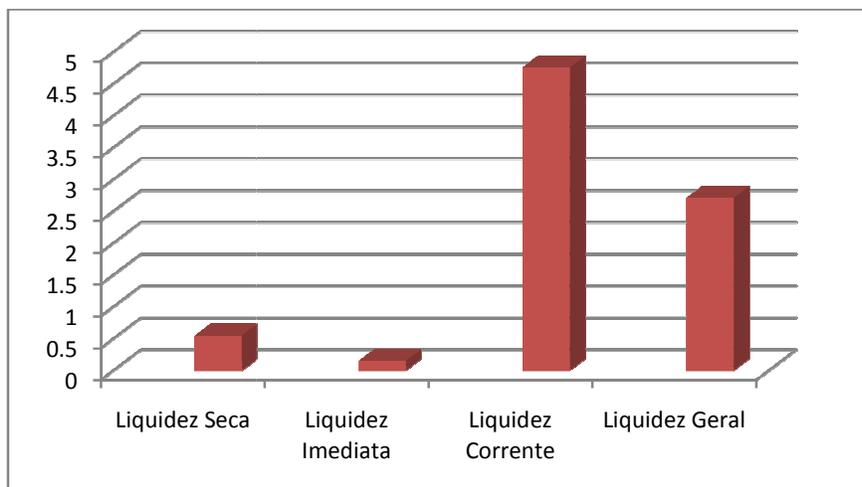
A empresa não apresenta liquidez, pois, para cada R\$ 1,00 de dívida tem R\$ 0,55 de disponibilidade, representando a relação de 0,55: 1,00.

**Liquidez Geral:** é a capacidade que a empresa possui para liquidar suas dívidas de curto e longo prazo, ou seja, ativo circulante com o ativo à longo prazo para liquidar as obrigações como o passivo circulante e exigível a longo prazo.

$$\text{QLG} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável ao Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível ao Longo Prazo})$$

$$(500.303,57 + 5.744,11) / (105.023,67 + 81.409,97) = 506.047,68 / 186.430,64 = 2,71$$

A empresa apresenta liquidez, pois, para R\$ 1,00 de dívida a empresa tem R\$ 2,71 de disponibilidade, apresentando a relação de 2,71: 1,00.



**Gráfico 1: Grau de liquidez**  
**Fonte: A autora**

A empresa analisada apresenta índice de liquidez seca e imediata muito baixa, em relação aos conceitos de análise dos níveis das empresas desse ramo, conforme é apresentado por Marion (2006, p.160), as porcentagens apresentadas desses índices não é recomendável para a saúde e desempenho da empresa, pois, é considerando deficiente.

Em relação aos Índices de Liquidez Corrente e Geral, cujos índices demonstraram perfeitamente a situação econômico-financeira equilibrada definido-a como rentável e sólida, pois, em relação aos conceitos de análises para as empresas desse ramo apresentado por Marion (2006, p.160), as porcentagens desses índices são consideradas muito altas e viáveis para a rentabilidade e liquidez da empresa. No entanto a empresa não tem recursos disponíveis, mas, possuem recursos que podem se transformar em disponibilidade, mas, para isso é preciso que a empresa tenha uma boa administração e estratégia de venda, para que não fique diante de uma liquidez indesejável.

**Endividamento Geral:** Indica o grau de endividamento da empresa, revelando a porcentagem de participação de capital de terceiro (PCT) relativo ao capital próprio da empresa. Para Marion (2006, p. 160) quanto menor o índice, melhor será para a empresa.

$$\text{PCT} = \frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{PL}} \times 100 = \frac{105.023,67 + 81.409,97}{188.000,00} = \frac{186.000,00}{188.000,00} = 0,99 \times 100 = 99\%$$

A empresa apresenta índice de endividamento muito alto para os padrões de nível brasileiro, pois, para cada R\$ 1,00 de capital próprio a empresa apresenta R\$ 0,99 de capital de terceiro, ou seja, a empresa possui 99 % de participação do capital de terceiro em relação ao capital próprio.

Na Empresa XY, seu índice de endividamento se encaixa no quadro das empresas com índice de endividamento mais alto, pois, conforme é apresentado pela Revista Exame (2006, p. 96), as empresas mais endividadas no Brasil sobre a participação de terceiro em relação ao capital próprio, possuem índice de indevidamente que varia de 89,6% a 202,2%.

Na Empresa XY, em 2010, de acordo com o resultado estabelecido pela DRE apresentou um Prejuízo equivalente a 214.831,71, pois os juros, custo de aquisição e despesas operacionais são muito elevados em relação às receitas, a empresa obteve uma receita bruta no valor de R\$ 1.107.685,17, e um custo de aquisição e despesa operacional e tributaria equivalente a R\$ 1.322.516,88, isso proporciona desequilíbrio financeiro, que significa um ponto negativo para o desenvolvimento e crescimento econômico, portanto, a empresa deverá reduzir custo e despesas, para que as expectativas do ano seguinte possam superar o resultado do exercício de 2010.

Em relação às expectativas de vendas, estabilidade financeira, condições de liquidez, a empresa tem que se aperfeiçoar cada vez mais, e ser cautelosa e prudente no controle de sua atividade e nos negócios a realizar, pois, a competitividade no mercado a cada momento se torna mais complexa e o público alvo cada vez mais exigente a procura de novas tecnologias, produtos que satisfaçam as suas necessidades e seus caprichos pessoais.

Os principais pontos que a empresa deverá analisar e estudar são: as taxas de juros paga aos seus credores que é muito alta, o que demanda uma parcela significativa de sua receita para o cumprimento de suas obrigações junto aos seus credores, os custos de aquisição e despesas operacionais que são relevantes em relação às receitas, e deverá melhorar o desempenho das vendas, para que a empresa tenha maior retorno e lucratividade ao final de cada exercício.

Portanto sem o uso de técnicas contábeis e sua aplicabilidade prática a entidade não terá condições de administrar e prosseguir em frente em seus

negócios, colocando em risco assim a continuidade da empresa, principalmente a empresa XY que trabalha com capital de terceiros, pois, para conseguir empréstimos, financiamentos em instituições que tenha por finalidade intermediação financeira é preciso que sua administração esteja em ordem e possua boas condições financeiras. Ressalta-se que para realizar a tomada de qualquer tipo de financiamento ou empréstimos é necessária a apresentação de relatórios contábeis que comprove o seu fluxo de caixa, ou seja, a entrada e saída de receitas, condições financeiras e o grau de liquidez.

Ao analisar a Empresa XY, a Escrituração Contábil mesmo de forma simplificada não deixou a desejar, pois, suas demonstrações abrangem todas as finalidades do patrimônio. Através da Escrituração Contábil e seus resultados, mostraram todas as ocorrências e variações do patrimônio, e também alertou aos seus administradores sobre as taxas de juros, despesas e custos praticados pela empresa, que são muito elevados em relação às suas receitas, devendo estes ser mais prudentes ao realizarem negócios com terceiros na intenção de tomada de recursos através de intermediações financeiras, para que não venha causar maiores danos futuros, a ponto que esta não possa se recuperar financeiramente.

## 5 CONCLUSÃO

A capacidade do desenvolvimento econômico de uma entidade está relacionada à organização e controle do seu patrimônio. A escrituração contábil é necessária à empresa de qualquer porte como principal instrumento de defesa, controle e preservação do patrimônio.

Com o advento de vários dispositivos legais que permitiram entidades econômicas, dentro de determinado conceito, manter a escrituração contábil baseada no regime de competência e de forma simplificada, adotou-se, em muitos casos esta alternativa, considerando somente a facilidade da execução da escrituração contábil.

A escrituração contábil é fundamental para o desempenho das atividades de qualquer entidade, e, é a partir da escrituração contábil que se obtêm informações sobre a real situação do patrimônio das empresas, de forma clara e objetiva. Além deste detalhe, os empresários e administradores necessariamente devem se utilizar de todos os dados e informações constantes da Contabilidade para, em análise mais completa, visualizar a evolução dos resultados da suas contas que direta e indiretamente modificam as características tanto das atitudes internas quanto nas atitudes externas do patrimônio, ao mesmo passo que torna mais simples a evidenciação da real situação da empresa para o entendimento do público interessado.

Ressalta-se, porém, que a Escrituração Contábil, mesmo de forma simplificada, torna-se verdadeiramente a ferramenta ou a chave mestra que norteia decisões, modifica os rumos, determina tendências e define o destino da entidade econômica como um todo. Traz nas mãos da Administração os elementos que definem se houve erros na ocorrência dos fatos, porque eles aconteceram, e o mais importante, a chave para corrigi-los, é o acerto à vista dos mesmo elementos, se continuarão ou poderão sofrer revelia, que é, exatamente o que um empreendedor necessita.

É com base no estudo realizado, que existe a certeza absoluta que uma escrituração executada considerando os fatos contábeis, registrados

adequadamente, para que se possam observar os seus efeitos, é realmente uma peça fundamental no contexto contábil e empresarial.

## REFERENCIAS

ALCEU. **Escrituração**. Disponível em: <<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20091203130812AAHmFeL>> Acesso 05 de maio de 2011.

ARAKAKI, Marta Maria Ferreira; AZEVEDO, Eduardo Araújo de; SOUZA, Nivaldo Soares de. **Escrituração contábil simplificada para micro e pequena empresa**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

ASSIS, Pedro de. **Como surgiu a contabilidade**. Disponível em: <<http://contabilidadedetodos.blogspot.com/2009/06/historia-da-contabilidade.html>> Acesso 18 de ago. 2011

BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. lei nº 10.406/02 São Paulo: Editora Rideel, 2005.

\_\_\_\_\_. Lei 9.317

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 486 de 1969

\_\_\_\_\_. Lei 6404/76.

\_\_\_\_\_. Lei 11.638/07.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar 123/06.

BRASIL.Receita Federal. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. Disponível em: <[http://sijut.fazenda.gov.br/netacgi/nphbrs?SECT1=SIATW7&d=SIAT&p=1&u=/netahtml/Pesquisa.htm&r=6&f=G&l=20&s5=\(RES000111520071214\\$\).CHAT.+E+CFC.ORG.A.>](http://sijut.fazenda.gov.br/netacgi/nphbrs?SECT1=SIATW7&d=SIAT&p=1&u=/netahtml/Pesquisa.htm&r=6&f=G&l=20&s5=(RES000111520071214$).CHAT.+E+CFC.ORG.A.>)> Acesso em: 01 de set. 2011.

BREDA, Zulmir. **Princípios de Contabilidade e normas Brasileiras de Contabilidade**. Porto Alegre: editora CRCRS. - Revista e atualizada até 30 de dezembro de 2010.

CHERMAN, C Bernardo. **Contabilidade Geral**. 1º ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.

CHIEREGATO, Renato, JUNIOR, José Hernandez Perez, GOMES, Bezerra Marliete OLIVEIRA, Luiz Martins de. **Contabilidade Tributaria**. 3° Ed. São Paulo: Atlas S.A. 2004

COELHO, José Martonio Alves. **Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.020**. Disponível em: < <http://www.oaks.com.br/certificacao-digital/57-legislacao/126-resolucao-conselho-federal-de-contabilidade-cfc-no.html>> Acesso em: 30 de set. 2011.

CRCBC. **Demonstrações Contábeis Obrigatórias**. Disponível em: < <http://www.crcba.org.br/boletim/edicoes/ver.htm>> Acesso em: 30 de set. de 2011. de informação contábil. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FABRETI, Camargo Laudio. **Contabilidade Tributaria**. 9° Ed São Paulo: Atlas S.A., 2005.

FAVERO, Luiz Hamilton; et al. **Contabilidade Teoria e Pratica**. 3° Ed. São Paulo, 2005.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Comercial**. 13° ed. Atlas S.A., 1991.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23° Ed. São Paulo: Atlas S.A 1997.

FRANCO, Hilario. **Contabilidade Geral**. 23° ed. São Paulo: Atlas S.A , 2006.

GABRIEL, Sérgio. **A influência da micro e pequena empresa no desenvolvimento econômico do Brasil**. Disponível em:< <http://www.webartigos.com/articles/15734/1/A-Influencia-da-Micro-e-Pequena-Empresa-no-Desenvolvimeto-Economico-do-Brasil/pagina1.html> em > Acesso 18 de set. 2011.

**Importância e utilidade da Escrituração**. Disponível em: < [http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/publicacoes/escrituracao\\_contabil/capitulo\\_3.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/escrituracao_contabil/capitulo_3.htm)> Acesso 10 de abr. 2011.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Manual de Contabilidade**. 6° ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003

IUDICIBUS, Sergio; MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Comercial**. 7°Ed Atlas S.A., 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal. **O Estatuto da microempresa e as licitações públicas. 2.** Editora São Paulo: editora Dialética, 2007.

LAKATO, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 6ª ed. São Paulo: Atlas S.A. 2005.

LAKATO, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** 4ª ed. São Paulo: Atlas S.A. 2004.

LAKATO, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico,** 6ª ed. São Paulo : Atlas S.A. 2001.

MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Mario. **Técnica de Pesquisa.** 7º Ed. São Paulo: Atlas S.A 2010.

MOURA, Osni Ribeiro. **Contabilidade Geral.** 5º Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOURA, Osni Ribeiro. **Contabilidade Básica.** 24º ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRO, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária.** 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2005

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial.** 2º.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

REVISTA , Exame. **Melhores e Maiores as 500 maiores empresa do Brasil.** Julho/2006 Pag. 96.

SANTOS, José Luiz dos, PAULO, Schimdt, GOMES, José Mario Matsumura. **Contabilidade Geral.** 2º Ed. São Paulo: Atlas S.A, 2006.

SCHONORR, Paulo Walter. **Escrituração Simplificadas para as micro empresa e pequenas empresa.** . Disponível em:< [www.cfc.org.br/uparq/Livro\\_Escrituracao\\_contabil](http://www.cfc.org.br/uparq/Livro_Escrituracao_contabil.pdf) .pdf > Acesso 10 de maio 2011.

ZANLUCA, Júlio César. **Os princípios fundamentais de contabilidade.** Disponível em:< <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/principiosfundamentais.htm>> Acesso em 18 de Ago. 2011.

CHERMAN, C Bernardo. **Contabilidade Geral**. 1° Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.

FRANCO, **Hilário**. **Contabilidade Geral**. 23° Ed. São Paulo: Atlas S.A 1997.

MARCONI, Mariana de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Tecnica de Pesquisa**. 7° Ed. São Paulo: Atlas S.A 2010

MARION, José Carlos. **Analise das Demonstrações Contabeis**. 3° Ed. São Paulo: Atlas S.A 2006.

REVISTA , Exame. **Melhores e Maiores as 500 maiores empresa do Brasil**. Julho/2006 Pag. 96.